



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI

III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA

2014-2015

MUYATÃ RODRIGUES ALVES

UNIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS DA E.J.A. NA REDE MUNICIPAL DE
PLANALTINA, ESTADO DE GOIÁS:
Uma experiência inovadora.

BRASÍLIA, DF

Novembro / 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI

**UNIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS DA E.J.A. NA REDE MUNICIPAL
DE PLANALTINA, ESTADO DE GOIÁS:
UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA.**

MUYATÃ RODRIGUES ALVES

ADRIANA ALMEIDA SALES DE MELO

CLÉSSIA MARA SANTOS

PROJETO DE INTERVENÇÃO

BRASÍLIA, DF novembro / 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA
2014-2015

MUYATÃ RODRIGUES ALVES

UNIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS DA E.J.A. NA REDE MUNICIPAL DE
PLANALTINA, ESTADO DE GOIÁS:
UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA.

Trabalho de conclusão do III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA / 2014-2015, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

ADRIANA ALMEIDA SALES DE MELO
Professora Orientadora

CLÉSSIA MARA SANTOS
Tutora Orientadora

IRLANDA AGLAE CORREIA L. BORGES
Avaliadora Externa

BRASÍLIA, DF novembro / 2015

Dedico a todos aqueles que desejam transformar a cidade de Planaltina em uma verdadeira miniatura de Brasília, cheia de sonhos, oportunidades, acolhedora e carinhosa.

AGRADECIMENTOS

A Francisco de Assis Alves, post mortem, e Maria Rodrigues Alves, meus pais; por serem dignos e exemplo para as minhas lutas diárias. Encontro inspiração para as expirações cotidianas.

A Professora Cléssia Mara Matos pelo empenho, carinho, dedicação e atenção dispensada em todo este longo processo. Fez da distância, com atenção e respeito, a menor das dificuldades.

A Professora Adriana Almeida Sales de Melo. Transformou momentos tensos em agradáveis pausas de conforto e construção de um novo conhecimento. Agradeço pela informalidade e proximidade. Seu carinho trouxe tranquilidade, oportunizando reflexões conclusivas.

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada.

Paulo Freire.
Pedagogia do Oprimido, 1987.

RESUMO

A administração pública brasileira desde os últimos três anos sofre uma forte crise econômica. Sua consistência institucional tem sido questionada diariamente provocando uma crise política institucional. Neste contexto, o Município de Planaltina, Estado de Goiás, tem enfrentado bravamente diversos embates com sindicatos, associações e sociedade em busca da probidade e da austeridade na administração. Buscando otimizar os recursos e aumentar a efetividade da E.J.A. na Rede Municipal de Educação a Secretaria Municipal de Educação passou a oferecer em 2014 matrícula apenas na Escola Municipal Darcy Ribeiro, incluindo também no primeiro semestre de 2015 a transferência de todos os alunos jovens trabalhadores matriculados na E.J.A. na Rede Municipal. Somamos esforços e recursos com o objetivo de aumentar nossa efetividade e economizar recursos. Resultado dessa ação buscamos neste momento elevar a discussão em prol de uma política de estado, analisando e mensurando esta experiência com o objetivo de apresentar os insumos necessários para a aprovação de uma Resolução Normativa do Conselho Municipal de Educação que irá consolidar a unificação das matrículas da E.J.A. da Rede Municipal de Educação na Escola Municipal Darcy Ribeiro.

Palavras-chave: política, educação, gestão, planejamento.

ABSTRACT

The Brazilian government since the past three years a strong economic crisis. Its institutional consistency has been questioned on a daily basis causing an institutional political crisis. In this context, the Municipality of Planaltina, Goiás State, has bravely faced many confrontations with unions, associations and society in search of probity and austerity in the administration. Seeking to optimize resources and increase the effectiveness of E.J.A. the Municipal Education Network the City Department of Education began offering in 2014 registered only at the Municipal School Darcy Ribeiro, also including the first half of 2015 the transfer of all workers young students enrolled in adult education the municipal network. We join efforts and resources in order to increase our effectiveness and save resources. Result of this action seek at this time to raise the discussion in favor of a state policy, analyzing and measuring this experience in order to provide the necessary inputs for the approval of a Normative Resolution of the City Board of Education that will consolidate the unification of the enrollment of E.J.A. the Municipal Education Network at the Municipal School Darcy Ribeiro.

Keywords: politics, education, management, planning.

SUMÁRIO

1 - Dados de identificação do proponente.....	10
2 - Dados de identificação do projeto.....	11
3 - Ambiente institucional.....	18
4 - Justificativa e caracterização do problema.....	24
5 - Objetivos.....	46
6 - Atividades/responsabilidades.....	47
7 - Cronograma.....	49
8 - Parceiros.....	52
9 - Orçamento.....	53
10 - Acompanhamento e avaliação.....	54
11 - Referências.....	55
12 - Anexos.....	58

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome: Muyatã Rodrigues Alves

Turma: “L”

Informações para contato:

Telefone(s): (61) 8667-4957

E-mail: muyata@gmail.com

2 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1 - Título:

Unificação das matrículas da E.J.A. na Rede Municipal de Planaltina, Estado de Goiás: Uma experiência inovadora.

2.2 - Área de abrangência:

() Nacional () Regional () Estadual (X) Municipal () Distrital () Local

2.3 - Instituição:

Nome/ Endereço

Secretaria Municipal de Educação de Planaltina
Qc 03, Mc, Lote 1 F, Setor Norte, Planaltina, Goiás.

Escola Municipal Darcy Ribeiro
Quadra 11, Área Especial Escolar, Rua 42, Lote 01, Setor Oeste, Planaltina, Goiás

Instância institucional de decisão:

- Governo: () Estadual (X) Municipal () DF
- Secretaria de Educação: () Estadual (X) Municipal () DF
- Conselho de Educação: () Estadual (X) Municipal () DF
- Fórum de Educação: () Estadual () Municipal () DF
- Escola: () Conselho Escolar
- Outros: _____

2.4 - Público ao qual se destina:

O Município de Planaltina, Estado de Goiás, localizado no Entorno Norte do Distrito Federal possui uma população estimada de 87.474 habitantes (IBGE/COPIS, 2015) distribuídos em 2.543,677 km² de território com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (PNUD/IDHM, 2010) de 0,669. As Unidades de Ensino atenderam (IBGE/COPIS, 2012) no ensino fundamental 16.919 alunos, no ensino médio 3.374 alunos, tendo 65.308 pessoas alfabetizadas.

Verificamos especificamente que a Rede Municipal de Ensino atendeu no ano letivo de 2014 (MEC/INEP, 205) 15.356 alunos assim distribuídos: 773 alunos na creche; 1.925 alunos da pré-escola; 8.226 alunos (1º ao 5º ano) no ensino fundamental - séries iniciais; 3.791 alunos (6º ao 9º ano) no ensino fundamental - séries finais; e 641 alunos (E.J.A.) nas Unidades de Ensino listadas no anexo I.

Ainda mais, analisando a quantidade das matrículas de E.J.A., a Rede Municipal de Educação de Planaltina / Goiás teve uma diminuição significativa de matrículas nesta modalidade, acompanhando alguns Municípios com até 50 mil habitantes.

Número de matrículas em E.J.A. Planaltina / Goiás / FUNDEB - 2011 / 2014				
2011	2012	2013	2014	2011 / 2014 Δ%
1.106	797	614	641	- 42

Fonte: MEC/FNDE/FUNDEB

Considerando a entrada da Educação de Jovens e Adultos no Fundo Educacional (FUNDEB) relevante instrumento de financiamento educacional, comparamos a variação nas matrículas ao longo dos últimos 04 (quatro) e verificamos uma diminuição de mais de 19% conforme tabela abaixo.

Evolução do número de escolas de Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental Brasil 2008 / 2014				
2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
38.581	35.888	32.776	30.911	-19,9

Fonte: MEC/Inep/Deed

Salutar observar nas tabelas abaixo que a Educação Infantil teve um aumento de 42,4% na quantidade de escolas acompanhado por um aumento de 65,1% nas matrículas em todo o país. Podemos observar também que a política de fortalecimento da Educação Infantil, incluindo o Pacto de Alfabetização na Idade Certa, encontram acesso no aumento significativo de Unidades de Ensino construídas nos últimos anos em todo o país. Esse investimento na modalidade de Educação Infantil apresenta resultados importantes para a política pública municipal, valorizando a educação formal e as famílias mais carentes.

Assim o investimento no aumento de prédios / infraestrutura e no financiamento / recursos disponíveis para uma modalidade de ensino não representa aumento na quantidade de vagas, muito menos maior eficiência na utilização do erário. Aumentar as salas de aula, equipamentos, professores não representa aumento de alunos atendidos.

Na Rede Municipal de Educação de Planaltina / Goiás, nos últimos 05 (cinco) anos foram inauguradas 03 (três) Escolas, sendo elas: Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Inês Pereira Campos, Escola Municipal Criança Esperança e Escola Municipal Simone Pinto Boaventura sem representar aumento na quantidade de alunos atendidos.

Por outro lado, sem pretensão de ampliar as discussões, apenas traçando um paralelo com outras realidades, observarmos nacionalmente o desenvolvimento do Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, verificamos, conforme apresentado nas tabelas abaixo, uma diminuição do número de salas de aula e de matrículas. Não temos condição de equacionar nenhuma relação possível nesta análise. As vagas foram diminuídas e as matrículas seguiram o mesmo ritmo de diminuição. O único caso de aumento, pouco significativo entretanto, foi o aumento das matrículas na segunda fase do ensino fundamental. Esse fato é explicável devido a continuidade dos estudos dos alunos matriculados.

Evolução do número de matrículas em creches
Brasil 2008 / 2014

2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
1.751.736	2.064.653	2.540.791	2.891.976	65,1

Fonte: MEC/Inep/Deed

Evolução do número de matrículas na pré-escola
Brasil 2008 / 2014

2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
4.967.527	4.692.045	4.754.721	4.964.015	-0,1

Fonte: MEC/Inep/Deed

Evolução do número de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental
Brasil 2008 / 2014

2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
17.620.439	16.755.708	16.016.030	15.699.483	-10,9

Fonte: MEC/Inep/Deed

Evolução do número de matrículas nos anos finais do ensino fundamental
Brasil 2008 / 2014

2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
14.466.261	14.249.633	13.686.468	12.760.184	-11,8

Fonte: MEC/Inep/Deed

Evolução do número de matrículas no ensino médio
Brasil 2008 / 2014

2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
8.366.100	8.357.675	8.376.852	8.300.189	-0,8

Fonte: MEC/Inep/Deed

Evolução do número de escolas de creche
Brasil 2008 / 2014

2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
41.151	45.938	52.665	58.616	42,4

Fonte: MEC/Inep/Deed

Evolução do número de escolas de pré-escola
Brasil 2008 / 2014

2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
106.458	106.436	107.791	106.524	0,1

Fonte: MEC/Inep/Deed

Evolução do número de escolas de anos iniciais do ensino fundamental
Brasil 2008 / 2014

2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
141.015	134.775	129.695	121.592	-13,8

Fonte: MEC/Inep/Deed

Evolução do número de escolas de anos finais do ensino fundamental
Brasil 2008 / 2014

2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
61.128	62.570	63.261	62.897	2,9

Fonte: MEC/Inep/Deed

Evolução do número de escolas de ensino médio
Brasil 2008 / 2014

2008	2010	2012	2014	2008 / 2014 Δ%
25.389	26.497	27.164	27.743	9,3

Fonte: MEC/Inep/Deed

Contudo, buscando transformar nossa realidade e apresentar uma resposta às limitações orçamentárias da Rede Municipal de Educação de Planaltina / Goiás, dentro da responsabilidade social e do resgate histórico que a educação tem para com os alunos jovens e trabalhadores, sabemos que em Planaltina / Goiás a Administração Municipal tem investido na E.J.A. muito menos do que o necessário para atender toda a demanda nos mesmos níveis das outras modalidades do ensino fundamental. Ainda mais, observamos, neste contexto, que o significativo aumento na quantidade de escolas não acompanhou, em Planaltina / Goiás o aumento na quantidade de matrículas para o ensino fundamental, médio e E.J.A.. A distribuição da quantidade de vagas em todas as modalidades do ensino público brasileiro nos últimos 06 (seis) anos encontrou uma diminuição significativa em comparação ao aumento de salas de aula.

Buscando construir uma nova realidade queremos aproveitar que em Planaltina / Goiás, o sistema de ensino está consolidado, tendo mais de 10 anos de existência. Composto pelo Conselho Municipal de Educação, criado por Lei Municipal, este colegiado acolhe diversos segmentos da sociedade civil organizada, Unidades de Ensino Particulares, Profissionais do Magistério, Técnicos, Sindicalistas, Pais e Alunos.

Sendo o Conselho Municipal de Educação uma instância colegiada representativa ele reflete as necessidades e urgências da sociedade. Enquanto notáveis especialistas, os conselheiros eleitos entre seus pares são ilibados conhecedores das dificuldades enfrentadas pela Rede de Ensino. Tendo um espaço de representação social poderemos promover uma discussão sensível elevando as possibilidades em resposta à urgente

necessidade de otimização dos recursos destinados a Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina. As discussões encontram grande substrato dentro da vasta experiência técnica e política representada pelos membros do Conselho Municipal de Educação.

Utilizando esta vasta experiência técnica e administrativa o Conselho Municipal de Educação será a instância máxima de decisão normativa da Rede Municipal de Educação - Município de Planaltina / GO para a ebulição dos debates voltados para a construção de uma Resolução Normativa de Consolidação da Unificação das Matrículas da E.J.A. da Rede Municipal de Educação. Contando com forte articulação política, a instituição criou com a sociedade, a Câmara Municipal de Vereadores e os Sindicatos estreita relação de interação e colaboração refletindo desta forma uma escuta sensível para toda a sociedade.

Preocupados com uma articulação social e política, proporcionaremos no ambiente escolar, uma discussão com o Conselho Escolar. Promovendo essa discussão interna, ampliaremos a participação comunitária e local. Significar respeitar a vida cotidiana da comunidade. Ela precisa participar das instâncias de articulação e decisão, conviver na órbita escolar.

Incluímos assim o fortalecimento da gestão democrática, a autonomia financeira do Conselho Municipal de Educação e das Unidades Escolares, a descentralização da Alimentação do Escolar, pequenos reparos e manutenções.

O Sistema de Educação do Município de Planaltina / GO, dispõe de orçamento próprio, gozando de autonomia técnica, administrativa e financeira. As Unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação do Município de Planaltina, Estado de Goiás, contam com eleição direta para Diretor e Vice-Diretor Escolar, trazendo maior dinamismo para a Comunidade Escolar pois a tomada de decisão está sendo fortalecida na sua comunidade, instância conhecedora dos problemas e dificuldades. Essa conquista tem sido gradativa, tendo ampliada as discussões, debates e proposições.

Neste contexto a discussão sobre a Unificação das Matrículas da E.J.A. na Escola Municipal de Educação deixa de ser uma decisão unilateral da Secretaria Municipal de Educação e passa a ser um resultado da necessidade de otimização dos poucos recursos disponíveis para a Educação e para a Modalidade.

Iremos executar o Projeto de Intervenção Local (PIL) na Secretaria Municipal de Educação construindo uma proposta para a criação de Política Pública por parte do Conselho Municipal de Educação de Planaltina / GO. Oferecendo os subsídios teóricos fundamentais para a criação de uma Resolução Normativa para a Unificação das Matrículas dos Alunos Jovens Trabalhadores pretendemos articular a discussão do desenvolvimento coletivo de uma Política Pública de Estado.

2.5 - Período de execução:

Início (mês/ano): 01/2015

Término (mês/ano): 12/2016

3 - AMBIENTE INSTITUCIONAL

O Município de Planaltina, está localizado no entorno norte do Distrito Federal. Dista 50 km de Brasília e 270 km de Goiânia. Com uma cultura de interior encontramos muitos compadres e comadres. Extremamente católica existe um crescente movimento de criação de Igrejas Evangélicas de diversos segmentos.

Com um território geográfico amplo, sua sede abriga os 80 mil habitantes em um denso espaço geográfico. Seus território cultural não está dividido, sendo única família, não existe a atuação de gangues ou relatos de violência extrema social. Os poucos casos de violência são contra o erário.

O Governo Municipal assumiu a Administração no 2º semestre de 2013 após a cassação do ex-prefeito. O ex-administrador municipal perdeu seu diploma devido a sentença de improbidade administrativa julgado e transitado nas três instâncias do judiciário eleitoral.

Compreendemos, enquanto gestores, que a educação é um direito para todos os brasileiros estando garantido na Constituição Federal, não havendo o que se questionar quanto ao direito à educação ao indivíduo de qualquer idade.

A LDBEN (Lei nº 9.394/96) contempla nos artigos 37 e 38

[...] será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio [...] os sistemas de ensino assegurarão gratuidade aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, LDB, 1996)

Desta forma está reservado o direito e a gratuidade, incluindo, ainda mais, a garantia de sucesso, permanência e continuidade para todos aqueles que assim desejarem. Implica inclusive ao Estado Brasileiro a responsabilidade de oferta "O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si." (BRASIL, LDB, 1996)

O trabalho com jovens e adultos trabalhadores proporciona ao educador o desenvolvimento de um paradigma ímpar, a relação do capital com o desenvolvimento econômico incluindo a posição dos alunos no contexto histórico e social. É fundamental, no

ambiente escolar da E.J.A., estarmos atentos para as relações de trabalho e os implicativos que esta relação impõe aos alunos.

Acreditamos que será necessário, na docência, imbuir-se, primeiramente, de princípios que forneçam alicerces, bases para apreensão dos conhecimentos e das práticas que constantemente construímos nas nossas vidas, isto é, valores, que sejam humanistas, democráticos, emancipatórios em relação a tudo que exclui uns em relação aos outros; e segundo, de conceitos, palavra que existe para dizer o que a coisa ou o ser é ou como funciona, mantendo-se sempre aberto a novas possibilidades de análise. Manter-se aberto é condição básica para o entendimento do conhecimento como possibilidade emancipatória, dinâmicos e tendente à incompletude. Valores e conceitos, assim entendidos, uma vez apreendidos e dinamicamente reproduzidos como práxis, podem contribuir para novas formas de entender o mundo e as coisas culturais produzidas pelos humanos no mundo, historicamente. Significa dizer: posicionar-se pela inclusão igualitária e emancipadora, pelo 'nenhum a menos', contra-hegemonicamente à pregação liberal ainda hegemônica da competição social.

Os sujeitos educandos dessa modalidade carregam marcas de uma profunda desigualdade social. São jovens e adultos que fazem parte do contingente de subempregados e desempregados do país. São mulheres e homens que, com sua experiência histórica, política, cultural e social, retornam às escolas para dar continuidade a seus estudos, sobretudo por exigência do mercado de trabalho. Enfim, são sujeitos que retomam o que lhes foi negado pela necessidade de sobrevivência, cujas contradições, ao longo da história, apontam a educação formal como direito de todos e, ao mesmo tempo, as condições reais muito cedo são para eles obrigação de prover a sua subsistência. Este fato, muitas vezes, contribui, direta ou indiretamente, para a negação do direito à educação. (Borges; Barbosa. p. 03. No prelo.)

Nas Escolas Públicas Municipais da Rede Municipal de Educação que até 2014 ofereciam a E.J.A. foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos alunos trabalhadores: cansaço, dupla jornada de trabalho, jornada de trabalho ampliada com e sem hora-extra, serviço braçal diário e contínuo, esforço físico extremo, fome, falta de transporte. São pedreiros, carpinteiros, serventes, auxiliares, vigilantes, porteiros, empregadas domésticas, cabelereiras, vendedores, empregados e subempregados da Capital Federal que passam horas sem descanso em sua jornada de trabalho. Ao enfrentar uma longa jornada de trabalho e ainda precisar de transporte, ao final do dia precisam estudar.

A discriminação histórica sobre estes alunos que não tiveram oportunidade de estudar no período correto, tem somada às dificuldades cotidianas a preocupação diária com a família e sua subsistência. Forças políticas são exercidas no ambiente escolar dos jovens, influenciando decisões e condutas administrativas e pedagógicas que isentam os professores da responsabilidade de transformar realidades individuais e coletivas.

Os alunos da E.J.A. matriculados na Rede Municipal de Educação do Município de Planaltina / GO são trabalhadores que promovem o crescimento do país. Sua relação com o trabalho está voltada para o provimento familiar. As relações pessoais dentro de sala de aula tornam-se fundamentais para a construção de um ambiente favorável a aprendizagem, que incentive a participação e a interação, apresentando proposições da vida social e profissional, relacionadas com o cotidiano do trabalho.

Voltada para o desenvolvimento e crescimento profissional, sem caráter profissionalizante, a E.J.A. na Rede Municipal de Educação de Planaltina / Goiás proporciona uma (re)colocação histórica e política, oportunizando uma participação efetiva na sociedade. Compreendemos educação enquanto um instrumento de transformação social.

Estas proposições de inserção social, política e histórica constam dos objetivos institucionais da Secretaria Municipal de Educação. Buscam valorizar as necessidades das Unidades de Ensino respeitando as dificuldades e suas especificidades.

Dentro do ambiente institucional, as relações interpessoais, os problemas de mobilidade urbana, de valorização da cultura e do meio ambiente local são as principais dificuldade apresentadas pelos alunos trabalhadores. Por outro lado o Sistema de Educação, de modo articulado, oferece transporte para todos os alunos da E.J.A.. Inclusive os alunos da Rede Estadual de Ensino que estudam no Ensino Médio.

Tendo acesso ao transporte, sem problemas com territórios e culturas jovens, gangues, enfrentamos apenas pequenos furtos e uso e comércio de drogas: problemas de assolam todas as sociedades.

A alimentação escolar fecha o ciclo de benefícios oferecidos aos alunos da E.J.A.

Ainda mais, acreditando que a Educação é uma conjunção de forças, no processo de Unificação das Matrículas da E.J.A. na Rede Municipal de Educação de Planaltina / Goiás, a valorização da mão-de-obra, ou sua desvalorização, implica no modo pelo qual o mundo é apresentado e compreendido dentro das Unidades Escolares. Então os educadores também precisam observar os benefícios e vantagens do processo. Sua qualificação profissional em serviço, oferta de materiais, equipamentos e insumos são resultados da otimização dos recursos financeiros.

Relevante observar que a violência, as drogas, o desemprego são problemas históricos e culturais presentes em Planaltina / GO e em suas salas de aula, influenciando diretamente o processo de desenvolvimento cognitivo em todas as Unidades de Ensino, em todas as modalidades de ensino.

Ainda mais buscamos no último triênio (2013-2015), fortalecer as estratégias de permanência em sala de aula através de projetos estanques e isolados. Descobrimos que apenas oferecer condições de acesso, permanência e conclusão do ensino fundamental não é suficiente.

Na tomada de decisão, enquanto gestores públicos, observamos na prática que a relação com o mundo moderno e conectado implica em uma exclusão implícita que reflete no modo de vida. Os alunos, infelizmente, chegam na escola constantemente cansados, exaustos de lutar contra o sistema que força sua exclusão dentro de um contexto de sucesso. Nessa relação de forças, os alunos trabalhadores encontram na Unidade Escolar todo os processos desfavoráveis e injustos. Não incentivam a (re)construção inclusiva do crescimento e desenvolvimento científico. Encontramos nas Unidades Escolares uma realidade de exclusão, fortalecendo um círculo vicioso, excludente e cruel.

Assim a Educação de Jovens e Adultos em Planaltina / Goiás até o 2º semestre de 2014, enquanto modalidade de ensino oferecida pela Rede Municipal de Educação, sofreu com a evasão, repetência e desinteresse dos profissionais e alunos.

Analisando criticamente e refletindo sobre o funcionamento do Pólo Municipal de Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / Goiás instalado na Escola Municipal Darcy Ribeiro, podemos identificar um aumento da permanência dos alunos no processo de desenvolvimento cognitivo.

Dentro desta responsabilidade social de transformação da realidade / comunidade, a Rede Municipal de Educação enquanto agente social abraçou esta prática de unificação buscando apresentar dentro das perspectivas inclusivas uma nova proposição para a sociedade em resposta as dificuldades de manutenção e financiamento da educação municipal.

Identificando suas necessidades e potencialidades, dentro da perspectiva de redução de recursos financeiros disponíveis, realizamos uma verdadeira transformação na Educação de Jovens e Adultos, acreditando que:

Para a formação de conceitos, segundo Vygotsky (1991), é fundamental o diagnóstico dos níveis de aprendizagem e desenvolvimento, o trabalho com conteúdos significativos que possibilitem articular os saberes técnico-científicos aos saberes cotidianos, para que, mediados pelo outro, na relação sujeito e objeto do conhecimento, os educandos possam reelaborar os conhecimentos, produzindo novas sínteses. Trata-se de um trabalho pedagógico que favoreça, no estudante, a passagem do nível de desenvolvimento real (daquilo que ele já conheça, dos saberes que possui ou que, sozinho, é capaz de realizar, conhecer, ou resolver sem ajuda) e do nível de desenvolvimento potencial (as possibilidades que pode ter, de resolução de um problema ou aquisição de conhecimentos fora de seu alcance atual, mas potencialmente atingíveis), contando com a orientação, ajuda e mediação de uma pessoa que domine este conhecimento (quer seja ele o professor, colega, amigo etc.), com vistas à formação de conceitos, apropriação e reelaboração de conhecimentos e ao domínio de saberes técnico-científicos significativos, configurando-se na zona de desenvolvimento proximal. (MACHADO; RODRIGUES, 2014, p. 387)

Não estamos restritos apenas as transformações administrativas. A prática pedagógica e a atuação profissional dentro da unidade escolar será transformada oferecendo um olhar mais amplo, significativo, voltado para a compreensão das necessidades específicas e individuais, valorizando o contexto histórico dos jovens alunos trabalhadores.

Valorizando as potencialidade e dificuldades individuais, os professores também estão sendo valorizados. Equipamentos, insumos, qualificação profissional, enfim, o desenvolvimento de uma Política Pública de Estado está sendo construída coletivamente na Escola Municipal Darcy Ribeiro.

Analisando criticamente, dentro da perspectiva emancipadora, essa prática partirá da sala de aula, criando na comunidade escolar novas forças de transformação voltadas para a valorização da construção coletiva do conhecimento incluindo a oferta de transporte escolar para os alunos, qualificação profissional em serviço para os professores, alimentação escolar, melhores equipamentos e insumos para todos.

Esta (r)evolução iniciada na atuação do professor chegará na transformação da comunidade de jovens adultos e trabalhadores, compreendendo que:

No paradigma positivista o pesquisador se coloca numa situação de isenção diante da realidade, enquanto no paradigma interpretativista o pesquisador se detém em olhar a realidade e construir dela uma interpretação. Diferentemente, no paradigma crítico existe da parte do pesquisador um compromisso com a transformação da realidade. Essa é a posição da perspectiva sócio-histórica: compreensão que se realiza no encontro entre sujeitos. Encontro que tensiona e que faz emergir as contradições. Encontro que leva a um comprometimento, uma vez que ser no mundo compromete.

Fazer pesquisa pois, não é um ato solitário e individual. É antes de tudo um ato responsável. (FREITAS, 2003, p. 11)

Acreditamos que a abordagem científica e mensurável dentro da Unidade Escolar apresentará números e resultados significativos para a E.J.A. em Planaltina / GO, a partir do momento da transformação dos insumos e profissionais, pois:

[...] considero que a abordagem sócio-histórica aponta para uma outra maneira de produzir conhecimento envolvendo a arte da descrição complementada pela explicação, enfatizando a compreensão dos fenômenos a partir de seu acontecer histórico, no qual o particular é considerado uma instância da totalidade social. A pesquisa, nesta orientação é vista pois, como uma relação entre sujeitos, portanto dialógica, na qual o pesquisador e pesquisado são partes integrantes do processo investigativo e nele se resignificam. (FREITAS, 2003, p. 06)

Buscamos consolidar a unificação das potencialidades e identificar os fatores que fortaleceram o sucesso dos jovens enquanto pesquisadores da própria realidade dentro do processo de escolarização. Afim de consolidar as hipóteses em prol da união de esforços para o sucesso da unificação das matrículas da E.J.A. em Planaltina / Goiás ofereceremos as condições necessárias para a identificação das potencialidade desta política pública voltada para a construção colegiada da normatização.

Com a proposta em discussão no colegiado, ouvindo a comunidade e os diferentes segmentos presentes na representatividade política e técnica existente no Conselho Municipal de Educação, fortaleceremos a discussão para a aprovação da proposta de Unificação das Matrículas da E.J.A. na Escola Municipal Darcy Ribeiro.

Legitimaremos assim as ações confrontando a existência da força política à importância de aprovação no Conselho Municipal de Educação das novas diretrizes que normatizarão a unificação das matrículas em 01 (uma) Unidade Escolar. Iremos externizar o desejo de transformar esta iniciativa em uma Política de Estado libertando as decisões administrativas do julgo partidário.

Refletindo sobre as dificuldades encontradas ao longo do ano letivo (1º e 2º semestre) de 2014, averiguando as potencialidades apresentadas em momentos de crise financeira do Estado Brasileiro, através da unificação destas matrículas, construiremos os fundamentos necessários para a aprovação da Resolução / Normativa para a Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / GO.

4 - JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Enfrentamos uma grande dificuldade com a manutenção do pagamento da folha de pagamento dos profissionais da educação da Rede Municipal. Os valores pagos são líquidos, não existindo o pagamento ao INSS nem a Instituto de Previdência Municipal. Não há desde 2013 autorização para pagamento de progressões verticais nem horizontais, existindo um claro descumprimento da legislação.

Com a aprovação da Lei nº 936 / 2012 os salários dos profissionais do magistério da Rede Municipal de Educação deixou de acompanhar o aumento da arrecadação / receita.

Despesa com Pessoal
FUNDEB / Planaltina / Goiás
2015

Mês de Referência	Receita Corrente Líquida	Despesa com Pessoal	Percentual %
Janeiro	11.327.565,40	9.791.611,78	86,44
Fevereiro	10.895.718,33	8.856.560,95	81,28
Março	9.902.823,15	803.111,01	8,11
Abril	11.129.776,83	16.247.365,43	145,98
Maio	11.102.300,90	7.566.428,49	68,15
Junho	10.582.763,70	10.527.478,08	99,48
Julho	9.267.614,09	8.023.193,69	86,57
Agosto	10.224.769,42	9.135.345,81	89,35

Fonte: Balancete / FUNDEB / Prefeitura de Planaltina-Goiás.

Vivemos, desde então, uma diáspora política dentro da Rede Municipal de Educação. Alguns personagens (Sindicato, Ministério Público, Câmara de Vereadores, Associações de Classe) pressionam a Administração para que seja cumprida a Lei. Significa dispor de aumento salarial para toda a categorial na mesma proporção do aumento do salário base, todo ano; pagar todas as progressões dentro do prazo, quitar as dívidas com a previdência nacional e o instituto de previdência, garantir licenças para mestrado e doutorado com pagamento de bolsa, dentro várias outras vantagens atualmente insustentáveis.

Por outro lado, compreendemos que emancipar significa, como enfatizado claramente por Paulo Freire, construir juntos, em colaboração, sendo que:

Nesse sentido, o diagnóstico emancipador para se realizar e servir de base a uma transformação criadora deve voltar sua atenção para as seguintes grandes áreas de leitura da realidade: estruturas globais de uma sociedade nacional; o contexto ou situação de uma organização; objetivos e estratégias da organização; estrutura e mecanismos internos da organização; táticas e métodos da organização. (GARCIA, 1980, p.143)

Precisamos pensar dentro de nossa prática pedagógica enquanto gestores e educadores, articulando as necessidades com as possibilidades. Nos habituamos a construir uma visão ampla, fundamentada na pesquisa e ao mesmo tempo estanque da realidade financeira. Preocupamo-nos com os orçamentos de nossos projetos e esquecemos das planilhas macros. Feliz do educador que mantém seu espírito livre para pensar apenas na (re)construção de novas realidades, paradigmas, dificuldades.

De toda forma, o que consideramos pesquisa na prática educativa e gerencial dentro da Rede Municipal de Educação do Município de Planaltina / Goiás ?

Na organização e no planejamento do Sistema e da Rede de Ensino em Planaltina / Goiás, os técnicos encontram dificuldade de trabalhar com números, mensurar quantidades, indicadores, avaliações, resultados. Mesmo sabendo da disponibilidade e acesso das informações. Nossa prática gerencial não está pautada na mensuração de informações, estudo de planilhas, validação de informações. Não existe o hábito de justificar as decisões pautadas na análise científica de informações. Compartilho que esta experiência é usual em Municípios pequenos. Por outro lado não temos, sistematicamente, dados locais disponíveis e confiáveis para fundamentar nossas decisões rotineiras.

Importante aperfeiçoar a visão ampla e sistemática da análise científica dentro do Sistema de Ensino. Disseminar o conhecimento fundamentado em informações mensuráveis, verificáveis e passíveis de serem validados será importante para acompanharmos o quanto evoluímos dentro da Gestão Pública Educacional. Na criação de um núcleo centralizado de Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / Goiás estaremos inovando ao ponto de fundamentar, através de um trabalho científico, uma decisão, justificando-a.

Assim, o discurso caloroso e apaixonado dos educadores irá de encontro com a prática executada nas Unidades Escolares. Contemporâneas, conectadas e virtuais, as

Escolas estão construindo, cotidianamente, propostas eficientes que proporcionam condições para alcançarmos os objetivos institucionais e comunitários. Agregando valor, conjuntamente com os movimentos sociais, somando ao movimento estudantil, identificamos nas escolas grupos de jovens e adultos com forte atuação política que merecem uma oportunidade de participação fazendo deste trabalho um embrião para uma discussão ampla e democrática. Não temos a pretensão de ampliar para o Estado ou Federação nossa proposta. Sabemos apenas que a Unificação das Matrículas em nosso Município, dentro das nossas realidades, locais e específicas, tem apresentado resultados positivos.

Esta proposta de unificação das matrículas, supra partidária, focada em resultados cada vez mais amplos dentro do processo discursivo e reflexivo local proporciona a construção de resultados coletivos, amplos e permanentes.

Buscamos inspiração de construção coletiva e nascimento embrionário coletivo o Movimento do Passe Livre que recentemente conquistou um avanço nas políticas públicas de mobilidade urbana em âmbito nacional partindo da articulação nas Redes Sociais. Salutar expor que nossa pretensão é local, mantendo na Rede Municipal de Educação o processo de unificação, mesmo respirando na articulação e conversa nacional. Utilizando as ferramentas virtuais, estaremos respondendo as limitações financeiras com otimização dos recursos.

Partiremos da necessidade educativa prioritária na Educação dos Jovens Trabalhadores compreendendo o contexto de imersão social, política e participativa, seus objetivos e instrumentos.

O mundo humano, que é histórico, se faz, para o “ser fechado em si” mero suporte. Seu contorno não lhe é problemático, mas estimulante. Sua vida não é um correr riscos, uma vez que não os sabe correndo. Estes, porque não são desafios perceptíveis reflexivamente, mas puramente “notados” pelos sinais que os apontam, não exigem respostas que impliquem em ações decisórias. O animal, por isto mesmo, não pode comprometer-se. Sua condição de a-histórico não lhe permite assumir a vida, e, porque não a assume, não pode construí-la. E, se não constrói, não pode transformar o seu contorno. Não pode, tampouco, saber-se destruído em vida, pois não consegue alongar seu suporte, onde ela se dá, em um mundo significativo e simbólico, o mundo compreensivo da cultura e da história. Esta é a razão pela qual o animal não animaliza seu contorno para animalizar-se, nem tampouco se desanimaliza. No bosque, como no zoológico, continua um “ser fechado em si” – tão animal aqui, como lá.” (FREIRE, 1987, p. 51)

Respeitando a necessidade de transformar nossa comunidade ampliaremos a ansiedade de humanização social. Conhecimento e compromisso aliados a resultados positivos obtidos dentro do discurso de transformar a realidade local resultam na humanização dos alunos, valorização do ser humano. Ambos respeitados enquanto agentes históricos participativos. Nossa proposta não pode ser impositiva. Por outro lado a Administração precisa responder ao corte nos orçamentos. As limitações financeiras não podem significar a diminuição das vagas na E.J.A. no Município de Planaltina / Goiás.

Esta ambiguidade apresentada pela necessidade de resposta, por parte da Administração Pública, ao corte no orçamento à frente da participação e construção coletiva das decisões no faz buscar inspiração na luta histórica proletária. Inicialmente informal, desorganizada e despretensiosa, resultou na transformação da própria realidade ao ponto de extrapolar e incitar o desejo de modificar a comunidade, o Estado, o País. Amplificou ao longo da história, no mundo, as fronteiras de participação e interação humana. Permitiu que o homem cuidasse do que lhe pertence.

Extrapolaremos a necessidade de construir um legado histórico compreendendo que:

A autossuficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais.” (FREIRE, 1987, p. 46)

Os meios e instrumentos necessários para a caminhada de transformação estão disponíveis no ambiente escolar. Local agregador e insurgente, a Escola Municipal Darcy Ribeiro, seu Conselho Escolar e sua comunidade permitirão uma participação coletiva, valorizando as novas ideias. A Escola e sua Comunidade farão parte, interna e externamente, da transformação histórica que será a Unificação das Matrículas dos Alunos da E.J.A. da Rede Municipal de Educação do Município de Planaltina / Goiás.

Para o cumprimento deste macro objetivo (transformar a sociedade a partir de nossa transformação) encontramos atitudes e ansiedades vividas na educação de jovens trabalhadores que são únicas. Dentro desta exclusividade, longe da segregação, da arrogância, da prepotência e do poder unilateral da Administração Pública, compreendemos a união de esforços, físicos, financeiros e logísticos, como uma alternativa transponível resultante de uma construção coletiva.

Nossas experiências no planejamento e construção de políticas concomitam com o sucesso e insucesso ao som da música partidária. Trabalhar com a autossuficiência do Conselho Municipal de Educação permitirá buscar autonomia e força política, técnica e administrativa para a consolidação de uma nova realidade. Não propomos um estudo científico pautado em números. Tampouco uma reflexão vazia desconexa e desconectada da realidade municipal. Nossa proposição parte do pressuposto de participação coletiva, discussão acalorada, amplificada na sociedade local: pretendemos modificar os paradigmas que sustentam a apresentação de propostas da Secretaria Municipal de Educação de Planaltina / Goiás.

Por outro lado a sociedade brasileira vem refletindo muito em prol da construção de uma sociedade mundial unificada do mesmo modo que levamos à construção de uma realidade transformadora, solidificada sobre novos conceitos sociais e econômicos esquecendo de identificar os reais objetivos dos Municípios. Nacionalmente a Federalização das Políticas Públicas Educacionais tem seguido uma forte tendência de unificação dos processos. A desvalorização das realidades locais, das pequenas comunidades, suas necessidades e potencialidades não encontram eco no discurso nacional. Despretensiosos não queremos elevar nossa discussão, apenas buscar subsídios e parâmetros.

As massas populares não têm que, autenticamente, “ad-mirar” o mundo, denunciá-lo, questioná-lo, transformá-lo para a sua humanização, mas adaptar-se à realidade que serve ao dominador. O que fazer deste não pode, por isto mesmo, ser dialógico. Não pode ser um que fazer problematizante dos homens mundo ou dos homens em suas relações com o mundo e com os homens. No momento em que se fizesse dialógico, problematizante, ou o dominador se haveria convertido aos dominados e já não seria dominador, ou se haveria equivocado. E se, equivocando-se, desenvolvesse um tal que fazer, pagaria caro por seu equívoco. (FREIRE, 1987, p. 71)

Nesta macro discussão alguns elementos de mediocrização das elites brasileiras, incluindo os intelectuais que orbitam as universidades brasileiras, trabalham dificultando o despertar das classes, incluindo prioritariamente a formação de professores especializados em formação de jovens e trabalhadores. Não há admiração pelo conhecimento. Não há suporte técnico, científico, político para os Municípios localizados no Entorno Norte do Distrito Federal. A Rede Municipal de Ensino de Planaltina / Goiás vive em um processo fechado de pensamento, nos retendo apenas às críticas, nos sistemas prontos, sem consolidar as análises, reflexões, criticidades; não apresentando resultados práticos satisfatórios nas Unidades Escolares e suas comunidades.

Não podemos aceitar, enquanto gestores públicos, nossa obrigação que devemos pensar constantemente no acerto, ou acreditar que temos condição e autonomia de viver longe da academia. O erro, a falha, fazem parte do processo de construção do conhecimento. Na escola não damos a oportunidade para o erro, para a falha, não proporcionamos a (re)construção da realidade da escola e do aluno. Nessa realidade de sofrimento e de lutas constantes não temos encontrado auxílio nesta transformação de realidades. As instituições de ensino precisam autenticar essa batalha oferecendo os instrumentos necessários para a plena participação dos jovens trabalhadores no processo de ensino e aprendizagem.

Teoricamente, é lícito esperar que os indivíduos passem a comportar-se em face de sua realidade objetiva da mesma forma, do que resulta que deixe de ser ela um beco sem saída para ser o que em verdade é: um desafio ao qual os homens têm que responder. (FREIRE, 1987, p. 56)

Observamos que em uma época não muito remota da história o Brasil não tinha um projeto de governo, não havia na administração pública uma política de continuidade com parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade. A partir da Reforma do Estado promovida pelo Governo a partir da consolidação da Constituição Federal houve a construção de uma realidade pautada em objetivos e metas claras e mensuráveis.

[...] Bresser Perreira, na condição de Ministro da Administração e Reforma do Estado, afirmou ser contrário à proposta neoliberal de Estado mínimo, pois seu “objetivo não é enfraquecer o Estado, mas fortalecê-lo”, permitindo uma combinação e complementaridade entre o mercado e o Estado como pressuposto básico ao bom funcionamento do sistema econômico e do regime democrático. Apontou o modelo de Estado social-liberal como capaz de assumir o papel de “estimular e preparar as empresas e o país para a competição generalizada”. A reforma do Estado passa necessariamente pela “recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não estatais para executar os serviços de educação, saúde, e cultura; e reforma administrativa pública com a implantação de uma administração pública gerencial. Reforma que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento. (SILVA, 2000, p. 04)

Na Rede Municipal de Educação do Município de Planaltina, quanto a economia e o desenvolvimento do capital humano, pretendemos alcançar níveis de desenvolvimento superiores, melhorando os indicadores de qualidade, mensurando as dificuldades e potencialidades. Pretendemos identificar essa transformação como resultado de uma continuidade das Políticas de Estado no Município de Planaltina / Goiás.

Ao longo de dois Governos Federais distintos (1997/2004-FHC e 2005/2017-Lula e Dilma), as políticas sociais tem se complementado, mantendo as mesmas diretrizes - diminuir a pobreza extrema - , basicamente aperfeiçoando sua execução, proporcionando à população um avanço na qualidade de vida, sem oferecer uma porta de saída que transfigure a Política de Estado em bem estar social.

O que pretende a ação cultural dialógica, cujas características estamos acabando de analisar, não pode ser o desaparecimento da dialeticidade permanência-mudança (o que seria impossível, pois que tal desaparecimento implicaria no desaparecimento da estrutura social mesma e o desta, no dos homens) mas superar as contradições antagônicas de que resulte a libertação dos homens. (FREIRE, 1987, p. 104)

Ainda não avançamos o suficiente no distanciamento das características eleitorais e políticas das ações da Administração Municipal. A responsabilidade dessa análise nos imprime uma separação entre os oprimidos, daqueles que deveriam ser resultado da pedagogia disseminada por Paulo Freire. Apenas os oprimidos, os sofridos tem condições de efetivar a transformação social emergente.

O governo e seu projeto político tem oferecido todas as condições para a efetivação desta proposta evolutiva da Administração Pública Municipal em Planaltina / Goiás. Contudo a sociedade civil organizada não tem conseguido identificar-se como agente prioritário desta transformação. Os movimentos sociais locais tem se apresentado acomodados na situação, dentro e fora do governo. Falta-lhes o verdadeiro movimento de inquietação e insatisfação sindical peculiar.

Haja vista as manifestações ocorridas nacionalmente remetemos nossa reflexão à contínua construção do modo de operação e organização através das redes sociais. Existe um novo instrumento de fortalecimento da comunicação de base que tem transformado o modo de operação e participação popular, influenciando diretamente a tomada das decisões das administrações. Este processo de comunicação ultrapassa os parâmetros impostos pela informação oficial ou mercadológica e começa a servir aos interesses daqueles que a consomem. Iniciando um processo de ruptura com as grandes agências e empresas de comunicação. Esta revolução nacional serve de incentivo para a mudança de cultura e realidade em Planaltina / Goiás. Acreditamos que as forças culturais e históricas que influenciam os grandes centros de produção também atuam nas pequenas cidades. Todos estão conectados e as informações circulam com muita facilidade.

A conquista crescente do oprimido pelo opressor aparece, pois, como um traço marcante da ação antidialógica. Por isto é que, sendo a ação libertadora

dialogica em si, não pode ser o diálogo um a posteriori seu, mas um concomitante dela. Mas, como os homens estarão sempre libertando-se, o diálogo se torna uma permanente da ação libertadora. (FREIRE, 1987, p. 78)

A comunicação solidária dos mais pobres se satisfaz com os recursos existentes, valorizando a solidariedade para a sobrevivência. Descomplicando a sistemática da produção científica em prol da participação do pequeno Município, iniciaremos dentro da Rede Municipal de Educação um processo de valorização e elevação da autoestima profissional. Não podemos simplificar a discussão de construção de uma normatização de unificação das matrículas da E.J.A. alegando que os dados estão disponíveis e acessíveis. Sua mensuração e organização condiz com a capacidade de organização do pensamento científico, um hábito construído na academia.

Significa dizer que podemos transformar nossa realidade com os recursos já existentes, através da otimização dos recursos disponíveis. A partir do instante que estejamos conscientes de nossa responsabilidade, compromisso com a coletividade em prol da transformação social, teremos acesso a uma forte influência política nas tomadas de decisão.

Se invisibilidades e sutilezas permeiam nossas experiências comunicativas, o que diríamos das condições que criamos, nos processos educativos, para que, diante da polifonia de vozes, a palavra oral ou escrita possa pisar o papel ou a tela sem ser alagada por um banho de sangue que sai da caneta do educador, ou da sua palavra amarga de avaliador, e não de parceiro colaborativo? (ANGELIM; RODRIGUES, p. 101)

Os instrumentos necessários para a transformação do ordenamento administrativo da E.J.A. em Planaltina / Goiás parte da identificação da própria realidade histórica, cultural, financeira, de transporte, de alimentação. Assumindo parte do compromisso com a participação coletiva através de escutas populares a partir da construção da realidade até a distribuição da responsabilidade fecundará uma construção coletiva da nova realidade composta por alunos frequentes e assíduos, profissionais motivados, oferta de alimentação e transporte para o escolar. Esses são aspectos fundamentais para a construção compreendendo que,

Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E, quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas (rurais ou urbanas) tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu poder. A manipulação se faz por toda a série de mitos a que nos referimos. Entre eles, mais este: o modelo que a burguesia se faz de si mesma às massas com possibilidade de sua ascensão. Para isto, porém, é preciso que as massas aceitem sua palavra. Muitas vezes esta manipulação, dentro de certas

condições históricas especiais, se verifica através de pactos entre as classes dominantes e as massas dominadas. Pactos que poderiam dar a impressão, numa apreciação ingênua, de um diálogo entre elas. Na verdade, estes pactos não são diálogo porque, na profundidade de seu objetivo, está inscrito o interesse inequívoco da elite dominadora. Os pactos, em última análise, são meios de que se servem os dominadores, para realizar suas finalidades. (FREIRE, 1987, p. 83)

Sem prever as manipulações possíveis e impossíveis, compreendemos que a natureza da concepção político-pedagógica da E.J.A. vai além da aquisição de conhecimentos. Sua essência está imbricada com a diversidade dos sujeitos da E.J.A. que buscam o processo educativo para melhorar as condições em que vivem, pois em algum momento de sua trajetória de vida não puderam iniciar ou dar continuidade ao percurso educativo, tampouco adquirir a experiência política e cultural necessária para construir conexões dentro da dialógica manipulativa social descrita por Paulo Freire. Crueldade é negar mais uma vez o acesso ou permanência na E.J.A. devido a falta de dinheiro para a sua manutenção e expansão.

Assim, esta educação de jovens e trabalhadores terá a finalidade de tocar no mais íntimo da pessoa humana, reconhecendo-a essencialmente em sua humanidade social, histórica e política. O saber não pode ser dissociado da condição humana na qual o reconhecimento da subjetividade social e da realidade política são partes do processo educativo institucionalizado.

Compreendemos a importância da escuta sensível, da participação social, dos segmentos, da construção coletiva desta nova realidade municipal. Contudo essa relação entre o conhecimento e a subjetividade humana não pode repercutir no processo de aprendizagem dos sujeitos da E.J.A.. No contexto administrativo e político de um pequeno Município do Interior de Goiás, analisando as questões expostas, as decisões são tomadas unilateralmente e consolidadas coletivamente.

Importante também refletir sobre o papel histórico das organizações da sociedade civil quanto a sua mobilização pela educação, sobretudo a alfabetização de jovens e adultos em Planaltina / Goiás. O analfabetismo, como forma extrema de exclusão, é um mote importante para as lutas em defesa da educação como direito, e as conquistas neste campo acontecem historicamente por força da organização e mobilização social.

É por essas razões que a concepção de Educação Popular e a E.J.A. tem sentido político e ideológico similar mais não são únicos. Ressaltamos assim a (inter)relação

significativa existente entre a Educação Popular e E.J.A. em Planaltina / Goiás ao enfatizar o teor político e a dimensão cultural de ambas, que concebem seus sujeitos não como beneficiários de um serviço tardio, mas como participantes legítimos de um processo formativo amplo e contínuo. Incluímos nessa luta a participação de Planaltina / Goiás em todas as versões do Projeto Brasil Alfabetizado e no histórico participativo de manutenção da E.J.A..

A Educação Popular neste contexto histórico caracteriza-se por princípios e práticas educativas na qual os educandos, educadores e a formação integral configuram-se como finalidade precípua do processo educativo formal. Bem diferente de uma perspectiva de educação em que os sujeitos são tratados como meros receptores de conhecimentos, sem sentido para a vida, desvinculados da totalidade da condição humana. Esta preocupação completa nossa preocupação em incentivar a participação social na tomada de decisões. Não estamos privando sua participação, apenas evitando a interrupção da oferta da modalidade.

Analisando este contexto, encontramos na Rede Municipal do Município de Planaltina / Goiás alternativas para proporcionar um crescimento coletivo pautado nas novas tecnologias, oportunidades e responsabilidades sociais, incluindo também a oferta de estrutura física necessária para o desenvolvimento cognitivo. O trabalho pedagógico com jovens e trabalhadores não poderia afastar-se desta realidade política, econômica, histórica e cultural. Unificando as matrículas, otimizando os recursos, tivemos a oportunidade de oferecer melhores condições de acesso e permanência dos alunos.

Conectar as necessidades para inserir os alunos nesta nova realidade proporcionará para a prática pedagógica uma construção de oportunidades geradoras de conhecimento. Além da proximidade física, precisamos resgatar a identificação cultural, seja através dos sonhos, desejos, necessidades, realidades, ansiedades e prognósticos ou simplesmente oportunizando um avanço acadêmico:

Com um mínimo de conhecimento da realidade, podem os educadores escolher alguns temas básicos que funcionariam como “codificações de investigação”. Começariam assim o plano com temas introdutórios ao mesmo tempo em que iniciariam a investigação temática para o desdobramento do programa, a partir destes temas. Um deles, que nos parece, como já dissemos, um tema central, indispensável, é o do conceito antropológico de cultura. Sejam homens camponeses ou urbanos, em programa de alfabetização ou de pós-alfabetização, o começo de suas discussões em busca de mais conhecer, no sentido instrumental do termo, é o debate deste conceito. Na proporção em que discutem o mundo da cultura, vão explicitando seu nível de consciência da realidade, no qual estão implicados

vários temas. Vão referindo-se a outros aspectos da realidade, que começa a ser descoberta em uma visão crescentemente crítica. Aspectos que envolvem também outros tantos temas. (FREIRE, 1987, p. 68)

Os estudantes da E.J.A. do Município de Planaltina / Goiás, na perspectiva sócio-histórico-cultural, são sujeitos com conhecimentos e experiências empíricas do saber prático, com trajetórias construídas no exercício de suas práticas e relações sociais, culturais e históricas, com experiências acumuladas que os tornam partícipes de seu próprio desenvolvimento. Esses saberes já constituídos se tornam currículos importantes na medida em que falam de seus lugares e atravessam todos os processos construtivos das aprendizagens significativas propostas.

Desta forma ressaltamos que o currículo da E.J.A. deve respeitar o ritmo de aprendizagem do estudante a partir da sua trajetória pessoal e histórica, uma vez que são sujeitos dotados de saberes-experiências-feitos realizados, e a ressignificação desses saberes, no contexto escolar, antecede a compreensão de novos saberes. Compreende-se que com a diversidade e singularidade dos sujeitos da E.J.A., essa ressignificação se dará por mecanismos diferenciados de socialização e construção / produção de novos conhecimentos, agregando valores aos saberes já existentes.

Assim verificamos ao longo do 2º semestre de 2013 que devido a instabilidade econômica e financeira o trabalho pedagógico foi crítico, pautado na (in)responsabilidade política, histórica e social. Proporcionou uma construção social, (des)valorizando os educandos e educadores.

Por outro lado proporcionando aos jovens trabalhadores o acesso aos instrumentos sociais contemporâneos, proporcionaremos uma reflexão contínua sobre a prática docente, criando o alicerce para uma revolução pedagógica: ampliar as possibilidades de sucesso através do fortalecimento dos insumos e recursos.

O que restou no cenário da educação? Um universo de conteúdos, de saberes fragmentados, cada vez mais especializados, que nos afogam em meio ao que Pierre Lévy (2000) denomina de Terceiro Dilúvio, o dilúvio da informação? E uma didática que em princípio nos “fornece” metodologias, técnicas, recursos, plataformas, para darmos conta dos processos de ensino-aprendizagem? Recursos assépticos, e pouco significativos, se não nos debruçarmos sobre o sujeito como ser integral, contextualizado, com uma história de vida, alguém que pensa ao sentir, que sente ao pensar. (SOUZA; FIORENTINI; RODRIGUES. 2009. p. 101)

Compreendendo o conceito de cultura histórica como acumulação dos saberes constitutivos do ser humano em sua amplitude, os sujeitos da E.J.A. são dotados de saberes da experiência, reunidos através da sua trajetória ao longo da vida trazendo consigo elementos que, aliados uns aos outros, formam um todo possível de diálogo com o saber apresentado pela escola em suas diversas áreas do conhecimento.

Acreditamos que nossa proposta de unificação desenvolve uma ampliação da responsabilidade institucional local. Compreendemos também que ao longo da evolução pedagógica institucional municipal através do aumento da permanência e evolução crescente dos alunos na educação formal, teremos um aumento da demanda nas outras unidades de ensino e / ou modalidades, ampliando a capacidade da Rede em tomar decisões. Fortaleceremos sua estrutura de planejamento, ampliando a oferta de vagas através da otimização dos espaços físicos, profissionais, equipamentos e insumos.

O discurso político e social nascerá na construção de uma nova realidade: conectada pelas redes sociais, influenciada pelas crises econômicas e pela instabilidade política, sustentada na prática docente e na unidade escolar descentralizada em prol do desenvolvimento social.

O professor em sua prática pedagógica profissional atuando na relação institucional dentro da sala de aula precisa atentar-se a esta nova realidade composta por uma construção contínua e sistemática apresentando diariamente novas demandas na velocidade crescente das conexões móveis da sociedade atual. Buscamos proporcionar uma reflexão pessoal dentro da perspectiva salarial e de manutenção do funcionamento do sistema.

Este é o principal alicerce para o desenvolvimento humano do século XXI: construção coletiva em respostas às necessidades individuais. Argumentamos que somos resultados de um processo coletivo: somos proletários, burgueses, migrantes, profissionais, familiares, históricos, culturais e sociais.

O contexto atual revela uma interação diferente e inovadora: estamos extremamente conectados através da internet / redes sociais ficando cada dia mais afastados das relações sociais reais. Compreendemos que esta conexão constante e sistemática tem modificado o contexto histórico e social possibilitando a ultrapassagem de barreiras que ainda não foram visionadas e validadas:

O crescimento sem precedente dos conhecimentos em nossa época torna legítima a questão da adaptação das mentalidades a estes saberes. O desafio é grande, pois a expansão contínua da civilização de tipo ocidental por todo o planeta torna sua queda equivalente a um incêndio planetário sem termo de comparação com as duas primeiras guerras mundiais. (NICOLESCU, 1999. p. 01)

As expectativas e necessidades do mercado de trabalho contemporâneo são crescentes e inéditas. As necessidades de hoje não serão as mesmas do próximo ano. As transformações tecnológicas, de mercado consumidor, exigências da concorrência e do mercado, pressionam o desenvolvimento de inovações que por conseguinte modificam o mercado.

Neste contexto pretendemos construir os subsídios necessários para justificarmos a transferência dos alunos para o Núcleo de E.J.A. em Planaltina / GO localizado na Escola Municipal Darcy Ribeiro. Compreendemos que a luta de classes e a compreensão exercida pela pressão que o mercado e os padrões exercem neste contexto merece ser considerado e ampliado. Devemos, enquanto educadores de Jovem e Adultos Trabalhadores, alertar para o surgimento de novas necessidades, ampliando as discussões, oferecendo melhores condições de trabalho e aprendizado, apresentando novas oportunidades e possibilidades para os profissionais.

Dentro deste novo contexto inovador os educadores precisam contextualizar e oferecer as condições para a inserção e interação dos alunos com o mercado digital. Vale lembrar que até a televisão está na era digital. Um simples ato de mudar de canal está ficando complexo e cheio de opções:

Podemos dizer que, com relação à seleção dos conteúdos, cabe ressaltar a necessidade de uma lógica que os compreenda não como uma finalidade em si, mas como meio para uma interação mais plena e satisfatória do educando com o mundo físico e social a sua volta, oportunizando a essas populações a valorização dos saberes tecidos nas suas práticas sociais em articulação com os saberes formais que possam ser incorporados a esses fazeres/saberes cotidianos, potencializando-os técnicas e politicamente. Na seleção dos conteúdos a constar dos programas de escolarização, a prioridade seria, então, a da abordagem de conhecimentos relacionados à vida social e a compreensão dos elementos que intervêm na vida cotidiana. As formas mais tradicionais de seleção e abordagem de conteúdos encontrados no ensino seriado devem dar lugar a formas alternativas que possam favorecer a escolarização de trabalhadores anteriormente excluídos deste processo. O tempo diferenciado do currículo de EJA em relação ao tempo do currículo na escola regular não significa tratar o conteúdo escolar de forma precarizada ou aligeirada e, sim, abordá-lo integralmente, levando-se em consideração os saberes adquiridos na história de vida dos educandos e, além disso, que o adulto não é uma criança grande e tem clareza do por que e do para que estudar.” (GOIÁS, 2013, p.45)

Aos trabalharmos no processo de consolidação da proposta, aprofundaremos nossa reflexão buscando compreender nossos objetivos através do resgate da importância do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Darcy Ribeiro e a sua real interação com os alunos / adultos / trabalhadores sendo estes referenciais a orientação para o funcionamento da escola. A construção coletiva da proposta de Unificação das Matrículas deverá ser consolidada conjuntamente sendo relevante a reformulação do P.P.P. da Unidade Escolar.

Verificamos na prática que pouco se utiliza este documento, incluindo o Regimento Interno Institucional, seus objetivos e normas. Dentro do processo de unificação das matrículas, o resgate histórico e técnico destas diretrizes dentro do processo de formação e da sua construção, até o momento de pesquisa, enquanto referência para a aplicação de soluções em sala de aula, precisa ser incentivado e amplificado, trazendo a comunidade para dentro das Unidades de Ensino. O desafio trata nos motivos que incentivam a participação familiar no processo de ressignificação dos alunos.

Dentro dos diversos currículos escolares (formal, informal, oculto) trabalhar apenas com os conteúdos relevantes para os alunos deixou de ser relevante e passou a ser obrigação. Entrar na era digital e solucionar as dificuldades práticas dos alunos / trabalhadores na utilização do caixa eletrônico, trena a laser, smartphone, chapinha a vapor são aplicações úteis que não podem ficar de fora do contexto escolar.

Estamos, assim, promovendo uma reflexão permitindo compreendermos conjuntamente que o acesso aos meios de produção ainda são barreiras intransponíveis. A prática educacional está constantemente conectada com a necessidade individual, coletiva e institucional. São realidades que se complementam.

As ideias e a ciência são sempre ditadas pela determinação de classe. São, ou reprimidas, ou então passam para o serviço da classe dominante que as molda para seu uso, afim de as monopolizar e explorar, tornando-se para as massa um meio de opressão, de mistificação e de justificação das classes dominantes. (DANGEVILLE , 2011, p. 117)

Haja vista o exposto, enquanto educadores unificados, precisamos analisar as potencialidades da comunidade e conectar suas necessidades com a prática voltando nossa profissionalização para o desenvolvimento e planejamento educacional.

É fundamental pensarmos coletivamente, enquanto educadores, pois estaremos fadados ao fracasso a partir do momento da negação de nossa responsabilidade técnica e social, deixando de lado nosso compromisso político e libertador das massas. Nos

revestindo da personalidade da gestão pública administrativa e educacional municipal não podemos negligenciar as responsabilidades e compromisso com o cumprimento dos objetivos da Rede Municipal de Educação.

Assim, enquanto agentes conscientes de nosso compromisso no processo de unificação das matrículas, teremos à nossa disposição todas as condições para iniciarmos o processo de transformação social, reconhecendo a potencialidade dentro do contexto histórico e cultural local. Analisando as responsabilidades dos atores envolvidos, através da ótica libertária, estaremos apresentando a conexão natural existente entre o mundo social e do trabalho, articularemos as forças disponíveis defendendo o direito e a manutenção à matrícula.

A profissionalização da Administração Pública Educacional Municipal nos obriga a (re)conhecer a realidade e proporcionar o crescimento social através da mais ampla discussão técnica, histórica e política. Compreendendo o conteúdo de modo amplo proporcionaremos a conexão com o mundo do trabalho e a atuação política comunitária. Incentivando a participação dos alunos / trabalhadores nas decisões políticas estaremos evidenciando a responsabilidade social para com os caminhos que todos iremos percorrer.

Neste momento, após discutirmos nossos objetivos históricos, econômicos e políticos, acreditamos na libertação dos paradigmas paralisantes, sendo fundamental no momento de construção do PPP e da escolha metodológica de construção do Regimento Interno, o fortalecimento dos alicerces fundamentados na pedagogia libertária e na andragogia.

Por outro lado neste processo evidenciaremos as limitações de conexão e análise crítica dos contextos históricos e sociais preocupados em não nos perdermos nas lutas de classes profissionais e deixando de incentivar uma transformação mais profunda na sociedade local. Não reconhecemos a capacidade transformadora que o educador dispõe.

Ao discutirmos apenas o Plano de Cargo e Salários dos profissionais da Educação sem refletir sobre as necessidades - de manutenção do transporte para os alunos, a manutenção e ampliação da estrutura física, (re)alocando os alunos para aumento do financiamento educacional municipal, aumento das matrículas, otimização dos materiais e recursos didáticos, administrativos e de limpeza - estaremos sendo incoerentes com nosso discurso político-pedagógico-histórico-social.

Ainda mais é importante compreendermos a responsabilidade social dos educadores que se revestem dos compromissos administrativos sendo essencial sabermos que:

Fundamentado no princípio pedagógico da interdisciplinaridade, tem-se presente que a mesma pressupõe que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e que o educando deverá ter desenvolvido sua capacidade de perceber essa relação entre os vários conhecimentos, entendendo as disciplinas como partes das áreas de conhecimentos que carregam sempre certo grau de arbitrariedade e não esgotam isoladamente a realidade dos fatos físicos e sociais, **sendo necessário buscar uma compreensão mais ampla da realidade**. E, na observância da contextualização a escola terá presente que, diante do mundo globalizado, **que apresenta múltiplos desafios para o homem a educação surge como uma utopia necessária, indispensável à humanidade na construção da paz, da liberdade e da justiça social**. (GOIÁS, 2013, p. 30. Grifo nosso.)

Colocando em pauta a modificação do Plano de Cargos e Salários estamos evidenciando nossa luta e valorização profissional. Contudo ao abraçarmos os sucessivos aumentos de salários e benefícios em detrimento ao investimento na estrutura física, aquisição de equipamentos, melhor distribuição das fontes de receita, estaremos negando nossa prática pedagógico, política e administrativa. O rompimento com as velhas práticas políticas inclui o reestabelecimento da probidade e responsabilidade fiscal, valorização dos profissionais e respeito social. Compreendermos que

Uma sociedade dividida em classes suscita necessariamente uma divisão entre a base econômica e as superestruturas jurídicas, políticas e ideológicas, evoluindo cada um destes níveis da pirâmide de forma desigual e específica em relação aos outros. Contudo, enquanto a economia é antagonica, o capital que implica no outro polo o assalariado, como a burguesia supõe o proletariado, as esferas jurídica, política e, mais ainda, ideológica – com o Estado e a educação nacional que ele dispensa – apresentam-se como homogêneos, sem antagonismo nem contradições de classe. (DANGEVILLE, 2011, p. 115)

Não iremos promover uma discussão político partidária dentro da unidade escolar. Nossa escuta social conclamará à sociedade sua participação, sem deixar para o segundo plano nossos objetivos institucionais e legais. Ao contrário. Estaremos construindo novos paradigmas dentro da unidade escolar ao propor alternativas de construção coletiva de um novo conhecimento / contexto. Transformando as pessoas estaremos promovendo a transformação social, administrativa e política local.

A educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competência adquiridas na educação extra-escolar e na própria

vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado. (Goiás, 2013, p. 28)

Assim devemos voltar nossa reflexão para a reconstrução da proposta política pedagógica, do regimento escolar, reconhecendo nosso compromisso político para com os alunos jovens trabalhadores e a manutenção da qualidade da educação municipal inclusiva.

Apresentar os produtos das reflexões promovendo uma construção coletiva, propondo a discussão para os colegiados municipais superiores, pensaremos na Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores com suas especificidades e respeito merecidos. O fortalecimento dos vínculos destes alunos trabalhadores incentivarão uma participação na sociedade moderna sendo fundamental para ampliar as discussões nos colegiados normativos.

Verificamos ao longo de nossa reflexão aprofundamentos participativos no processo de fortalecimento do processo de unificação, sem sair da perspectiva da Unidade Escolar. Propomos, dentro da Secretaria Municipal de Educação do Município de Planaltina / Goiás, momentos de construção com professores, técnicos, oferecendo a estrutura necessária para o acolhimento dos alunos dentro da andragogia voltada para a transformação histórica e social. Abrimos uma nova oportunidade. Construiremos um legado na Administração Pública Municipal.

Respeitando a isonomia das modalidades, o investimento na E.J.A. nos últimos meses, incluindo oferta de material, alimentação, estrutura física para os alunos; material didático, administrativo, equipamentos, estrutura física e recursos externos, tais como, qualificação profissional, encontros, simpósios, colóquios, para os profissionais tem sido uma rotina constante na Rede Municipal de Educação no ano letivo de 2015.

Corroboramos com as diretrizes estaduais para a E.J.A., acreditando que

A ênfase no conhecimento escolar justifica-se, assim, por ser o escolar um espaço privilegiado de construção e de reconstrução dos conhecimentos historicamente produzidos. O que sugerimos não é uma absorção passiva de tais conhecimentos, mas uma apreensão ativa que proporcione, aos estudantes, condições para melhor entender o mundo em que vivem e nele operar. (GOIÁS, 2013, p. 44)

A educação do futuro exige um esforço transdisciplinar que seja capaz de rejunta ciência e humanidade e romper com a oposição entre natureza e cultura. Expomos não um credo a ser cumprido acriticamente, mas um desafio cognitivo a todos os pensadores

empenhados em repensar os rumos que as instituições educacionais terão de assumir se não quiserem sucumbir na inércia da fragmentação.

Ao falarmos de Educação Pública direcionamos nossa discussão para uma parcela da população carente de uma grande transformação estrutural. Os objetivos institucionais escolares precisam conectar-se às necessidades comunitárias dentro de uma órbita crescente de transformação local como modificação de paradigmas. Assim o núcleo de atendimento dos alunos da E.J.A. existe, prioritariamente, para transformar sua comunidade, seu território, acreditando que:

A escola representa portanto, sob o capitalismo, uma arma poderosa de mistificação e de conservação entre as mãos da classe capitalista. Tem tendência para dar aos jovens uma educação que os torna leais e resignados ao sistema atual, e os impede de descobrir as suas contradições internas. (DANGEVILLE, 2011, p. 123)

Assim, compreendendo e aceitando que a Escola está a serviço do capital enquanto criador de oportunidades e riquezas, podemos identificar que esses objetivos não estão sendo alcançados. Partimos do princípio de que o mercado de trabalho está deficitário de mão-de-obra extremamente qualificada - criadores de produtos e amplificadores do desenvolvimento de novos produtos - , nos preocupamos em oferecer uma educação de qualidade sem criar pseudo expectativas: não oferecemos educação profissional; não qualificamos para o mercado de trabalho.

Temos consciência de nossas limitações dentro da Rede Municipal de Educação de Planaltina / Goiás, sabendo que:

A divisão crescente do trabalho apenas reforça a privatização cada vez mais geral dos privilégios e das obras "nobres". Na Idade Média, a própria arte religiosa, cem vezes menos beata e conformista do que a arte venal retilínea de hoje, era mais anônima. Não estando ainda de modo algum separada do trabalhos das massas e dos "artesãos", era de melhor grado atribuída aos produtores do que às classes dominantes, que guerreavam, festejavam, administravam e só foram integradas no seu declínio na corte do Rei-Sol, símbolo de toda a cultura." (DANGEVILLE, 2011, p. 112)

Todavia devemos compreender que a educação de jovens e adultos trabalhadores convive com suas particularidades. Atender as especificidades dos jovens é uma questão urgente. É fundamental oferecermos todas as condições para a criação de um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento humano, pensando nas dificuldades: uso e comércio de drogas, festas, uniformes, controle de acesso e permanência, material didático

específico para a modalidade, qualificação dos funcionários, relacionamento interpessoal, etc.

Estamos inseridos em uma instituição educacional com experiência histórica que dispõe da maior estrutura física da Rede, acomodando mais de 1.037 (um mil e trinta e sete) alunos em todos os turnos. São números superlativos: 130 (cento e trinta e cinco) funcionários trabalhando em 03 (três) turnos, consumindo R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) reais de alimentos ao mês, oferecendo aula em 40 (quarenta) salas de aulas. No município, a Escola Municipal Darcy Ribeiro, oferece a maior estrutura, sem apresentar os melhores resultados.

Nosso objetivo tem sido, enquanto Secretaria Municipal de Educação, transformar esta realidade, oferecendo educação básica formal de qualidade, incluindo apoio ao portador de necessidades especiais.

Compreendemos que a sociedade deve unir forças para transformar a Escola Municipal Darcy Ribeiro em um espaço acolhedor para todos os alunos, refletimos acerca de alguns questionamentos relevantes: Como está a prática docente efetivamente em sala de aula? Quais são os objetivos dos profissionais que trabalham na Unidade Escolar? Suas fundamentações metodológicas e epistemológicas estão coerentes com o discurso e prática pedagógica? Estamos preparados para o cumprimento dos objetivos institucionais dentro da perspectiva da unificação de matrículas?

Importante ressaltar que a comunidade escolar deveria ser a primeira a cuidar do ambiente e da estrutura física. Respeitando suas aplicações estaremos contribuindo para uma maior eficiência do serviço público municipal. Ainda mais fundamental é a necessidade de analisarmos quais as metodologias efetivamente utilizadas na sala de aula da E.J.A., contemplando as particularidade dos alunos e as necessidades comunitárias interligadas com os recursos disponíveis e necessários.

Compreender a organização curricular e as propostas das redes de ensino incentiva o educador a ampliar sua concepção de desenvolvimento significativo para os alunos / trabalhadores, pois:

Mesmo renunciando à visão piramidal do conhecimento, o pensamento clássico considera que cada fragmento da pirâmide gerado pelo bing-bang disciplinar, é uma pirâmide inteira; cada disciplina proclama que o campo de sua pertinência é inesgotável. (NICOLESCU, 1999, p. 02)

Desta forma as proposições curriculares devem pautar-se na individualidade da unidade de ensino, pois:

Acredita-se em uma escola para jovens e adultos que disponibilizem espaços de processos colaborativos de produção de conhecimentos coletivos, onde os trabalhadores jovens e adultos possam ser vistos como sujeitos de uma formação cidadã crítica, criativa, reflexiva, emancipadora e qualificada para o mundo do trabalho.

Falar de qualificação para o mundo do trabalho é incluir os jovens e adultos na cultura digital como autores e co-autores de informação, possibilitar a inclusão digital para além do uso de redes sociais. É possibilitar a potencialização do uso das diferentes mídias digitais pelo despertar de competências e habilidades do sensível, do poético, do criativo, do colaborativo e do inventivo, como produtores de diferentes estéticas na cibercultura, com liberdade para se expressarem, escolherem e produzirem informação. (RODRIGUES, 2015, p. 41)

Assim discutir as matrículas da E.J.A. no âmbito do Conselho Municipal de Educação de Planaltina / Goiás significa (re)significar seus objetivos e amplificar demasiadamente a discussão. Dentro de um processo contínuo estabelecemos uma estreita conexão com a comunidade e a sociedade proporcionando continuidade ao debate tornamos essencial que a Unidade Escolar, através do seu Conselho Escolar, dentro da perspectiva da Gestão Democrática, saiba conectar sua comunidade às necessidades sociais atuais, construindo resultados inclusive dentro do Conselho Municipal de Educação.

Aprende-se melhor, quando se vivencia, quando se experimenta, quando se sente descobrindo novos significados, antes despercebidos. Aprende-se mais, quando se estabelece pontes entre a reflexão e a ação, entre a experiência e a conceituação, entre a teoria e a prática: quando uma completa a outra. (RODRIGUES, 2015, p. 43)

É pensar continuamente agregando necessidades e construindo novas realidades. É estar conectados com as necessidades que balizam os objetivos educativos ultrapassando as lacunas que formam os profissionais. Então não somente oferecer qualificação profissional continuamente, mais construir no trabalhador a compreensão de que sua responsabilidade ultrapassa a sala de aula. As realidades se misturam. Os conceitos acompanham as constantes variações sociais e culturais concentrando-se na Unidade Escolar das necessidades e decisões.

Nesta nova realidade que se constrói desde o segundo semestre de 2014 avançamos no atendimento à comunidade, oferecendo transporte, materiais, qualificação profissional continuada em serviço, equipamentos, materiais, insumos e suporte técnico especializado.

Já solucionamos também, desde o uso de drogas ilícitas até problemas de relacionamento conjugal.

Nossa profissão extrapola os limites mais sensatos de atuação profissional. Por outro lado não temos o direito de negar nossa atuação na comunidade. O jovem trabalhador que ingressa na Educação de Jovens e Adultos está cansado: física e emocionalmente. O esgotamento é extremo. Eles estão lutando continuamente em busca da sobrevivência.

A educação deve ser fomentada a partir da realidade dos sujeitos envolvidos no trabalho realizado, realidade esta que não se restringe ao campo das relações humanas e sociais entendidas apenas como as relações entre humanos. Deve conectar os saberes construídos pela comunidade, e que incorporam uma nova mentalidade, um novo jeito de ser, estar e se relacionar no mundo, para que nela adquiram sentido e sirvam como mobilizadores de ações e atitudes, visando à formação solidária fundada no respeito, na autonomia, a favor do bem comum e da transformação social, numa perspectiva de construção de consciência de corresponsabilidade para com o futuro do planeta e a sobrevivência das gerações futuras. (GDF, 2014, p. 20)

Os conceitos apresentados no documento norteador servirá de incentivo para uma reflexão profissional. São diretrizes que veem em socorro aos profissionais que precisam balizar sua atuação em sala de aula tendo a garantia de suporte técnico, administrativo, pedagógico e financeiros. No cenário das políticas públicas municipais de Planaltina / Goiás será uma garantia de manutenção da oferta da Educação de Jovens e Adultos.

A construção da compreensão de conceitos, tais como sustentabilidade, respeito, compreensão, crescimento, reflexão, compaixão; apresentados dentro da prática docente em sala de aula, irá proporcionar para o professores e alunos maior clareza dos seus compromissos e possibilidades, pois:

O papel da educação no espaço escolar requer o fim da ingenuidade sobre as disputas ideológicas ali presentes. As ações, democráticas ou autoritárias, revelam a formação oferecida. Por isso, é preciso questionar sobre a escola que temos e a escola que queremos construir e isso implica problematizar as ações, articular os segmentos que desempenham suas funções e, como proposto pela gestão democrática, favorecer as instâncias coletivas de participação.

Dessa forma, proporcionar uma educação que possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico, que problematize a realidade e a comunidade, que reconheça o território de influência da escola no desempenho de sua função de formadora de sujeitos históricos é, a nosso ver, o caminho para fazer uma educação que seja transformadora da realidade. (GDF, 2014, p. 18)

Ao trabalharmos com a construção de Política de Estado em detrimento à Política de governo, construiremos através de exemplos e prática histórica-social, as condições

estruturais e didáticas, proporcionando uma construção estrutural revolucionária pautada na gestão democrática.

Por outro lado, as limitações financeiras atuais incentivam nossa criatividade ao delimitar nossa atuação enquanto Poder Executivo Municipal. Em tempo de crise financeira devemos buscar alternativas nas Unidades Escolares, institucionalizando a compreensão da coletividade. Na prática apresentaremos para a comunidade escolar uma solução para os riscos e dificuldades cotidianas. Proporcionar um crescimento profissional, incentivando-os a prosseguirem na escola, aperfeiçoando seus conhecimentos e habilidades técnicas e laborais, estaremos acreditando e praticando a sustentabilidade, a gestão democrática, enquanto acervo de construção coletiva de uma nova realidade histórica e social.

Atualmente encontramos dificuldades de manutenção da folha de pagamento da Rede Municipal de Educação. Nos últimos 03 (três) meses foi necessário complementar a receita do FUNDEB utilizando os recursos do Salário Educação, Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e Brasil Carinhoso. A folha de pagamento dos profissionais do magistério está além do contingencial estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000). A complementação da folha de pagamento dos professores tem levado a Administração Municipal utilizar mais de 40% dos recursos próprios com investimento na educação (Certidão TCM/GO, nº 35.010/15).

Unificando as matrículas dos alunos da Educação de Jovens e Adultos buscamos inclusive otimizar os recursos, materiais e esforços buscando eficiência e eficácia

5 - OBJETIVOS

5.1 - Objetivo Geral:

- Fundamentar e acompanhar a normatização da unificação das matrículas da Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina.

5.2 - Objetivos específicos:

- Analisar a disponibilidade financeira do Fundo Municipal de Manutenção da Educação no Município de Planaltina / GO para a E.J.A. .
- Refletir acerca da unificação das matrículas da Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / GO com o CME / Planaltina / GO.
- Propor a regulamentação para normatização, as regras para manutenção da unificação das matrículas da Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / GO.

6 - ATIVIDADES / RESPONSABILIDADES

1. Analisar a disponibilidade financeira do Fundo Municipal de Manutenção da Educação no Município de Planaltina / GO para a E.J.A..

1.1. Criar apresentação sobre as reais condições financeiras do FUNDEB de Planaltina para o Conselho Municipal de Educação.

1.2. Promover reunião com segmentos da educação: professores, pais, gestores públicos, sindicatos e técnicos administrativos afim de ampliar o debate.

1.3. Discutir com os alunos jovens trabalhadores da Escola Municipal Darcy Ribeiro os pontos fortes e fracos da instituição.

1.4. Analisar a aplicação dos recursos do P.E.J.A. nos anos de 2014 e 2015 utilizados pela Rede Municipal de Educação de Planaltina / GO.

1.5. Apresentar institucionalmente estudo técnico para o Conselho Municipal de Educação os resultados das experiências realizadas no ano letivo de 2015 na E.J.A. na Escola Municipal Darcy Ribeiro.

2. Refletir acerca da unificação das matrículas da Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / GO com o CME / Planaltina / GO.

2.1. Identificar através de planejamento estratégico com os gestores da Secretaria Municipal de Educação os pontos positivos e negativos da execução da unificação das matrículas da E.J.A..

2.2. Tabular e relacionar as taxas de matrícula, frequência, aprovação, reprovação e desistência dos alunos matriculados na E.J.A. na Rede Municipal de Educação.

2.3. Relacionar e comparar o investimento / insumos disponibilizados para outras unidades de ensino relacionando com sua frequência, aproveitamento e taxa de matrícula.

3. Propor a regulamentação para normatização, as regras para manutenção da unificação das matrículas da Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / GO.

3.1. Promover Audiência Pública com a comunidade escolar e funcionários para discutir as receitas do FUNDEB e FMMDE do Município de Planaltina / GO.

3.2. Reunir o Conselho Escolar da Escola Municipal Darcy Ribeiro para avaliar os pontos fortes e fracos da instituição.

- 3.3. Identificar os insumos necessários disponibilizados para a Escola Municipal Darcy Ribeiro, específico para a E.J.A., relacionando com o investimento realizados nos últimos 02 anos.
- 3.4. Apresentar minuta de Resolução Normativa para institucionalizar a unificação das matrículas da E.J.A. na Rede Municipal de Ensino.
- 3.5. Acompanhar as discussões nas plenárias do Conselho Municipal de Educação;
- 3.6. Reunir com os conselheiros, individualmente, para apresentação e discussão sobre as proposições apresentadas.

7 - CRONOGRAMA

Objetivo 1. Analisar a disponibilidade financeira do Fundo Municipal de Manutenção da Educação no Município de Planaltina / GO para a E.J.A..

Período

Início: 01/2015 Término: 12/2015

Ação 1.1. Criar apresentação sobre as reais condições financeiras do FUNDEB de Planaltina para o Conselho Municipal de Educação.

Período

Início: 09/2015 Término: 11/2015

Ação 1.2. Promover reunião com segmentos da educação: professores, pais, gestores públicos, sindicatos e técnicos administrativos afim de ampliar o debate.

Período

Início: 01/2015 Término: 09/2015

Ação 1.3. Discutir com os alunos jovens trabalhadores da Escola Municipal Darcy Ribeiro os pontos fortes e fracos da instituição.

Período

Início: 01/2015 Término: 12/2015

Ação 1.4. Analisar a aplicação dos recursos do P.E.J.A. nos anos de 2014 e 2015 utilizados pela Rede Municipal de Educação de Planaltina / GO.

Período

Início: 11/2015 Término: 12/2015

Ação 1.5. Apresentar institucionalmente estudo técnico para o Conselho Municipal de Educação os resultados das experiências realizadas no ano letivo de 2015 na E.J.A. na Escola Municipal Darcy Ribeiro.

Período

Início: 10/2015 Término: 12/2015

Objetivo 2. Refletir acerca da unificação das matrículas da Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / GO com o CME / Planaltina / GO.

Período

Início: 01/2015 Término: 12/2015

Ação 2.1. Identificar através de planejamento estratégico com os gestores da Secretaria Municipal de Educação os pontos positivos e negativos da execução da unificação das matrículas da E.J.A..

Período

Início: 10/2015 Término: 12/2015

Ação 2.2. Tabular e relacionar as taxas de matrícula, frequência, aprovação, reprovação e desistência dos alunos matriculados na E.J.A. na Rede Municipal de Educação.

Período

Início: 12/2015 Término: 12/2015

Ação 2.3. Relacionar e comparar o investimento / insumos disponibilizados para outras unidades de ensino relacionando com sua frequência, aproveitamento e taxa de matrícula.

Período

Início: 10/2015 Término: 12/2015

Objetivo 3. Propor a regulamentação para normatização, as regras para manutenção da unificação das matrículas da Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / GO.

Período

Início: 01/2016 Término: 12/2016

Ação 3.1. Promover Audiência Pública com a comunidade escolar e funcionários para discutir as receitas do FUNDEB e FMMDE do Município de Planaltina / GO.

Período

Início: 03/2016 Término: 06/2016

Ação 3.2. Reunir o Conselho Escolar da Escola Municipal Darcy Ribeiro para avaliar os pontos fortes e fracos da instituição.

Período

Início: 01/2016 Término: 02/2016

Ação 3.3. Identificar os insumos necessários disponibilizados para a Escola Municipal Darcy Ribeiro, específico para a E.J.A., relacionando com o investimento realizados nos últimos 02 anos.

Período

Início: 06/2016 Término: 12/2016

Ação 3.4. Apresentar minuta de Resolução Normativa para institucionalizar a unificação das matrículas da E.J.A. na Rede Municipal de Ensino.

Período

Início: 03/2016 Término: 05/2016

Ação 3.5. Acompanhar as discussões nas plenárias do Conselho Municipal de Educação;

Período

Início: 05/2016 Término: 12/2016

Ação 3.6. Reunir com os conselheiros, individualmente, para apresentação e discussão sobre as proposições apresentadas.

Período

Início: 05/2016 Término: 12/2016

8 - PARCEIROS

O conceito de parceria deriva do conceito de parceiro que significa aquele que participa. Assim compreendemos uma parceria como um auxílio, um companheiro que compartilha do mesmo objetivo.

Haja vista o exposto sabemos que o assunto, conceito de parceria não é um objetivo simplista, tampouco podemos ser simplistas para definir uma relação de parceria, principalmente sendo estratégica para o cumprimento dos nossos objetivos.

Desta forma temos como parceiros: i) Conselho Municipal de Educação; ii) Câmara de Vereadores; iii) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Planaltina / GO; iv) Conselho Escolar da Escola Municipal Darcy Ribeiro; v) Comunidade local.

9 - ORÇAMENTO

O cenário contemporâneo tem apresentado várias mudanças na economia, forçando nações a reverem suas políticas de desenvolvimento para se adequarem à nova realidade mundial de empobrecimento.

O mercado de trabalho tem apresentando um acirramento da competitividade exigindo das empresas e dos profissionais uma maior eficiência na gestão de seus recursos, e como parte integrante do sistema, buscamos cumprir nosso papel junto à sociedade otimizando os recursos disponíveis. Esta busca pela melhoria e eficiência na aplicação dos recursos, induz os responsáveis pela gestão a avaliarem suas decisões.

As constantes mudanças tanto na política como na arrecadação impulsiona os governos a buscarem qualidade nas informações gerenciais, valorizando a assessoria de planejamento, transformando em elemento determinante para o cumprimento dos objetivos propostos.

Informações que oferecem suporte em todas as etapas da gestão, seja no planejamento, seja na execução ou na avaliação e análise dos resultados são fundamentais para a implantação de projetos educacionais.

Assim, compreendendo a importância do orçamento para a execução dos projetos informamos que não haverá despesa financeira direta vinculada ao cumprimento do objeto.

10 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Compreendemos que a avaliação não consiste em só avaliar o aluno, mas o contexto escolar na sua totalidade, permitindo fazer um diagnóstico para sanar as dificuldades do processo de aprendizagem, no sentido teórico e prático da prática pedagógica escolar. Avaliar consiste em diagnosticar e oferecer as condições para o desenvolvimento individual e coletivo, crescimento individual e coletivo.

Assim, para Luckesi:

Esses casos atestam a possibilidade efetiva de desenvolvimento de pesquisas de vários tipos, até da mais rigorosa pesquisa acadêmica, mesmo nas nossas escolas. É verdade que elas não representam a situação comum das escolas da rede pública no país, como já ficou dito. Mas, guardadas as devidas distâncias, creio que podemos, a partir de seu estudo, discutir um pouco o estado atual da questão do professor-pesquisador e seu saber, tal como vem sendo apresentada por alguns dos seus estudiosos (LUCKESI, 1997, p.14).

Dentro da perspectiva do professor / pesquisador, construímos o ato de avaliar dentro de um amplo contexto não se restringindo ao único objetivo, vai além da medida, posicionando-se favorável ou desfavorável à ação avaliada, propiciando uma tomada de decisão. Sob a ótica de Sant'Anna avaliação é:

Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático. (SANT'ANNA, 1998, p.29, 30).

Partindo desse pressuposto, avaliação não consiste em só avaliar o aluno, mas o contexto escolar dentro de sua plenitude máxima, permitindo, incentivando fazer um diagnóstico para sanar as dificuldades do processo de aprendizagem, no sentido teórico e prático.

Assim pretendemos durante o processo avaliativo deste Projeto de Intervenção Local:

- Acompanhar junto ao Conselho Municipal de Educação as discussões sobre a normatização do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / GO;
- Acompanhar e mensurar o funcionamento do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos no Município de Planaltina / GO;

11 - REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. (1995). **Mercados educacionais, escolha e classe social: o mercado como uma estratégia de classe.** In: GENTILI, Pablo (org.). (1997). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis: Vozes.

BORGES, Cláudia; BARBOSA, Sebastião Cláudio. **Alguns fundamentos, para além do capital e do mercado, animadores da docência na educação dos trabalhadores: ética, interdisciplinaridade e omnilateralidade.** No prelo.

BRASIL, MEC. **CONAE, Documento Final**, 2014. 114 p.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional**, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL, MEC. **Série de Estudos / Educação a Distância. Salto para o Futuro / Educação de Jovens e Adultos.** Brasília. 1999.

BRASIL, Ministério da Educação; Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto.** Brasília: MEC/SASE, 2014. 220 p.

BRASIL; MEC; CNE. **Resolução nº 1**, de 5 de dezembro de 2014. 19 p.

BRASIL; MEC; INEP. **Censo Escolar Consolidado. 2012.** Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

BRASIL; MEC; INEP. **Censo Escolar Consolidado. 2013.** Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

BRASIL; MEC; INEP. **Censo Escolar Consolidado. 2015.** Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

BRASIL, Presidência da República. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** 1995. Brasília.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Brasília, 1997.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. & GRAU, Nuria Cunill. (orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado.** 1999. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

DANGEVILLE, Roger. **Marx e Engels: Crítica da educação e do ensino.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n. 2, p. 109-134, dez. 2011.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa.** 6ª Edição, Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GDF, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica. Educação de Jovens e Adultos**. 2014. 178 p.

GDF, Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Político Pedagógico, Professor Carlos Mota**. Distrito Federal. 147 p.

GOIÁS, Secretaria de Estado da Educação. **Resolução CEE/CP nº. 5**, de 10 de junho de 2011. 41 p.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes de Educação de Jovens e Adultos-2013 do Conselho de Educação de Goiás**.

HILÁRIO, Renato; CASTIONI, Remi; TELES, Lucio. Organizadores. **Proeja-transiarte: construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores**. Brasília: Verbená, 2012. 228p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 2ª edição.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 6ª Edição, São Paulo, SP: Editora Cortez, 1997.

MAIA, Antonio Glaudenir Brasil; OLIVEIRA, Renato Almeida de. **Marx e a crítica contemporânea à pós-modernidade**. In Argumentos, Ano 3, Nº. 5 – 2011. p. 81-90.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo Diferença Cultural UFRJ In Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002, p. 15-38.

NICOLESCU, Basarab. **Um novo tipo de conhecimento – Transdisciplinaridade. 1º Encontro Catalisador do CETRANS – Escola do Futuro – USP**. Itatiba, São Paulo – Brasil: abril de 1999. 10 p.

OLIVEIRA, Adriana; APARECIDA, Celena; SOUZA, Gelsenmeia M. Romero. **Avaliação: Conceitos em diferentes olhares, uma experiência vivenciada no curso de pedagogia**. 15 p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira**. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

PONTUAL, Pedro; IRELAND, TIMOTHY. Org. **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Coleção educação para todos. Vol. 04. Brasília. Unesco. 2009. 261 p.

RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento (Coord.). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. 170 p.

REGO, Elizabeth Danziato; SOUSA, Carlos Alberto Lopes de; VIEIRA, Maria Clarisse. **A Diversidade na EJA em um Curso a Distância: Uma Pesquisa Avaliativa em Questão**. Brasília: Paralelo 15, 2014. 160 p.

RODRIGUES, Dorisdei Valente. **Trasiarte: A arte de transição**; orientador Lúcio França Teles. Brasília, 2015. 252 p. Tese Doutorado - Doutorado em Educação. Universidade de Brasília (UNB), 2015.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Ilse Gomes. **A reforma do Estado Brasileiro nos anos 90: processos e contradições**. USP, 2000. 9 p.

SOUZA, Amaralina Miranda de; FIORENTINI, Leda Maria Rangearo; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão, organizadoras. **Educação superior a distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)**. Universidade de Brasília (UNB), Faculdade de Educação, Brasília, 2009. 260 p.

THEODORO, Mário (Org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael, SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. 176 p.

UNESCO. MEC. **Católicos Radicais no Brasil**. Coleção educação para todos. Vol. 17. Brasília. Unesco. 2007. 332 p.

UNESCO. MEC. **Educação como exercício de diversidade**. Coleção educação para todos. Vol. 07. Brasília. Unesco. ANPEd. 2007. 480 p.

UNESCO. MEC. **Juventude e Contemporaneidade**. Coleção educação para todos. Vol. 16. Brasília. Unesco. ANPEd. 2007. 284 p.

12 - ANEXOS

ANEXO I

Rede Municipal de Ensino Escola Públicas Municipais

Centro Municipal de Educação Infantil Maria Inez Pereira Campos.

- Qd 08, Lote 01, Setor Aeroporto, 1º Etapa, Vila Mutirão.

Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato.

- Qd 06, Área Especial, Setor Sul.

Centro Municipal de Educação Infantil Sagrado Coração de Jesus.

- Qd 13, Mr 02, Lote 18 a 21, Setor Norte.

Centro Municipal de Educação Infantil Sonho Encantado.

- Praça Cívica s/n, Centro.

Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança.

- Qd 06, Área Especial, Setor Leste.

Escola Municipal Boa Esperança.

- Área Pública, nº 23, Bairro Imigrantes

Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade.

- Qd 04, Módulo Escolar, Lote 01, Setor Leste

Escola Municipal Castro Alves.

- Qd 04, Área Especial de Ensino, Setor Sul

Escola Municipal Conquista do Saber.

- Praça Luiz F. Eustáquio, Jardim Paquetá

Escola Municipal Cora Coralina.

- Qd 08, Módulo Escolar, Lote 01, Setor Norte

Escola Municipal Criança Esperança.

- Qd 06, Rua A, Área Especial, Setor Oeste

Escola Municipal Criança Feliz.

- Qd 01, Área Especial, Lote 01, Setor Oeste

Escola Municipal Darcy Ribeiro.

- Área Especial, Setor Oeste

Escola Municipal Eça de Queiroz.

- Qd 04, Módulo Escolar, Lote 03, Setor Sul

Escola Municipal Eloy Pinto de Araújo.

- Qd 09, Área Especial, Setor Norte

Escola Municipal Emília Ferreiro.

- Qd 12, Rua 09, Bairro São José

Escola Municipal Estrela do Leste.

- Qd 05, Área Especial, Setor Leste

Escola Municipal Gente Pequena.

- Área Especial, nº 05, Parque Itapuã I

Escola Municipal Jardim Paquetá.

- Qd 48/49, Área Especial, Jardim Paquetá

Escola Municipal Jorge Amado.

- Qd M, Lote 08, Rua 36, Setor Oeste

Escola Municipal Machado de Assis.

- Qd 13, Área Especial, Setor Norte

Escola Municipal Marcelo Lemgruber.

- Qd 02, Área Especial 02, Setor Oeste

Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida.

- Qd 08, Área Especial, Setor Leste

Escola Municipal Olavo Bilac.

- Rua 03, Área Institucional, Parque Sol Nascente

Escola Municipal Panorama.

- Área Especial de Ensino, nº 28, Brasilinha 17

Escola Municipal Paulo Freire.

- Qd 03, Área Especial, Setor Leste

Escola Municipal Pingo de Sabedoria.

- Qd 06, Lotes 10/11, Setor Leste

Escola Municipal Professor Francisco Alan.

- Qd 51, Área Especial, Barrolândia

Escola Municipal Professora Júlia da Silva.

- Bairro Itapuã II, Perímetro Urbano

Escola Municipal Professora Zaida Boaventura.

- Av. Visconde Parbaíba, Qd 211, Lote 10/18, Jardim Paquetá

Escola Municipal Rui Barbosa.

- Qd 11, Área Especial, Setor Oeste

Escola Municipal Simone Pinto Boaventura.

- Qd 02, Área Especial de Ensino, Setor Sul

Escola Municipal Vila Mutirão.

- Qd 06, Área Especial, Vila Mutirão

Escola Municipal Alto da Serra.

- Qc 03, Mc, Lote 1F, Setor Norte (Escola do Campo)

Escola Municipal Arco Iris.

- Qc 03, Mc, Lote 1F, Setor Norte (Escola do Campo)

Escola Municipal Canjica.

- Qc 03, Mc, Lote 1F, Setor Norte (Escola do Campo)

Escola Municipal Cecília Meireles.

- Praça Marechal José Pessoa, São Gabriel (Escola do Campo)

Escola Municipal Córrego Rico.

- Qc 03, Mc, Lote 1F, Setor Norte (Escola do Campo)

Escola Municipal Felipe de Lyon.

- Loteamento Santa Maria (Escola do Campo)

Escola Municipal Flor da Terra.

- Qc 03, Mc, Lote 1F, Setor Norte (Escola do Campo)

Escola Municipal Itaúna.

- Qc 03, Mc, Lote 1F, Setor Norte (Escola do Campo)

Escola Municipal Santa Maria.

- Loteamento Santa Maria (Escola do Campo)

Escola Municipal Vila Palma.

- Qc 03, Mc, Lote 1F, Setor Norte (Escola do Campo)

Escola Municipal Flor do Cerrado.

- Qc 03, Mc, Lote 1F, Setor Norte (Escola do Campo)

Escola Municipal Viver e Aprender.

- Qc 03, Mc, Lote 1F, Setor Norte (Escola do Campo)

ANEXO II

RECEITA E DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO UTILIZAÇÃO DOS 60% E 40% DO FUNDEB ESCOLA MUNICIPAL DARCY RIBEIRO

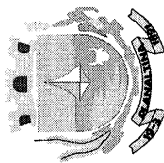
EXEMPLO DE RECEITA E DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO					
COM OS 60% E 40%					
ESCOLA MUNICIPAL DARCY RIBEIRO					
ANOS INICIAIS	419	R\$	3.219,73	R\$	1.349.066,87
ANOS FINAIS	293	R\$	3.541,70	R\$	1.037.718,10
INTEGRAL	140	R\$	4.185,65	R\$	585.991,00
EDUC. DE JOVENS E ADULTO	641	R\$	2.575,78	R\$	1.651.074,98
AEE	10	R\$	3.863,68	R\$	38.636,80
	1503		V. ANUAL	R\$	4.662.487,75
					R\$ 333.034,84
FOLHA DE AGOSTO	BRUTA		DESCONTO		LÍQUIDA
FOLHA DOCENTE 60%	R\$ 321.629,64		-R\$ 97.519,84		R\$ 224.109,80
FOLHA.ADM. 40%	R\$ 37.858,10		-R\$ 10.193,23		R\$ 27.664,87
	R\$ 359.487,74		R\$ -		R\$ -
PREV. PATRONAL 13%	R\$ 46.733,41		R\$ -		R\$ -
	R\$ 406.221,15		-R\$ 107.713,07		R\$ 298.508,08
RESUMO DA FOLHA DA UNIDADE					
RECEITA	DESPESA				
R\$ 333031,84	-R\$ 406.221,15		-R\$ 73.186,31		

ANEXO III
DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FUNDEB – 2014
PREFEITURA DE PLANALTINA / GOIÁS

REPASSE DO FUNDEB EM 2014			DESPESAS DO FUNDEB 2014			VALOR
JANEIRO	R\$	3.542.651,30	CONTRATO TEMPO DETERMINADO			R\$ 14.596,31
FEVEREIRO	R\$	3.796.069,37	DIÁRIA CIVIL			R\$ 38.656,53
MARÇO	R\$	3.614.629,17	JUROS, DESÁGIO E DESCONTO DA DÍVIDA			R\$ 5.917,51
ABRIL	R\$	4.088.445,60	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			R\$ 592.160,08
MAIO	R\$	4.339.889,44	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO -P. FISICA			R\$ 25.000,00
JUNHO	R\$	3.964.397,63	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO- P. JURIDICA			R\$ 469.906,69
JULHO	R\$	4.218.119,06	SÁLARIO FAMÍLIA			R\$ 3.188,92
AGOSTO	R\$	4.451.995,05	COM FOLHA DE PAGAMENTO			R\$ 56.379.915,29
SETEMBRO	R\$	4.730.619,25	TOTAL DAS DESPESA			R\$ 57.529.341,33
OUTUBRO	R\$	4.293.221,66				
NOVEMBRO	R\$	4.386.243,86	PAGAMENTO DAS FOLHA LIQUIDA .			
DEZEMBRO	R\$	5.042.915,32				
SUB-TOTAL	R\$	50.469.196,71				
RENDIMENTO	R\$	1.904.277,07				
TOTAL	R\$	52.373.473,78	R\$	57.529.341,33	-R\$ 5.155.867,55	

ANEXO IV
DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FUNDEB (ESTIMATIVA) – 2015
PREFEITURA DE PLANALTINA / GOIÁS

FOLHA DE PAGAMENTO DO ANO DE 2015 JANEIRO A AGOSTO					
MÊS	60%	40%		RECEITA MÊS	
JANEIRO	R\$ 3.745.767,00	R\$ 1.060.573,62	R\$ 4.806.340,62	R\$ 4.376.735,82	
FEVEREIRO	R\$ 3.745.767,00	R\$ 1.060.573,62	R\$ 4.806.340,62	R\$ 3.511.326,83	
MARÇO	R\$ 3.745.767,00	R\$ 1.060.573,62	R\$ 4.806.340,62	R\$ 4.175.711,67	
ABRIL	R\$ 3.745.767,00	R\$ 1.060.573,62	R\$ 4.806.340,62	R\$ 4.870.395,08	
MAIO	R\$ 3.745.767,00	R\$ 1.060.573,62	R\$ 4.806.340,62	R\$ 4.248.913,56	
JUNHO	R\$ 3.745.767,00	R\$ 1.060.573,62	R\$ 4.806.340,62	R\$ 4.263.929,88	
JULHO	R\$ 3.745.767,00	R\$ 1.060.573,62	R\$ 4.806.340,62	R\$ 4.504.797,00	
AGOSTO	R\$ 3.745.767,00	R\$ 1.060.573,62	R\$ 4.806.340,62	R\$ 4.507.239,98	
		13%	R\$ 38.450.724,96	R\$ 34.459.049,82	
		PATRONAL	R\$ 4.998.594,24		
			R\$ 43.449.319,20		
			-R\$ 43.449.319,20	R\$ 34.459.049,82	-R\$ 8.990.269,38

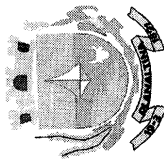


ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
JANEIRO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

R\$ 1,00

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS
ORÇAMENTARIA			ORÇAMENTARIA		
RECEITA PATRIMONIAL		12.516,18	EDUCAÇÃO		4.835.403,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.376.735,82			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		44.912,65			
TOTAL	0,00	4.434.164,65	TOTAL	0,00	4.835.403,48
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA		
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA		4.835.403,48	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS		4.831.383,48
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS		6.199,16
DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES		42.323,27	DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES:		
SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS		1.595,30	SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS		3.740,90
BANCO BANIF - CONSIGNADO		82.087,57	BANCO BANIF - CONSIGNADO		
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO		42.551,83	BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO		
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO		38.617,49	BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO		
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO		9.495,19	BANCO CACIQUE - CONSIGNADO		
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO		268.061,73	BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO		
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO		5.475,78	BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO		
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO		167.880,00	BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO		
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO		347,54	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO		
CONTRIBUIÇÃO SINTEGO		7.147,30	CONTRIBUIÇÃO SINTEGO		
FALTAS/ATRASOS/OUTROS		460.110,87	FALTAS/ATRASOS/OUTROS		
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PLANAL		13.728,14	FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PLAN		
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS		184.668,89	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS		
IRRF		475,73	IRRF		
MANDATO DE PENHORA		13.436,97	MANDATO DE PENHORA		
PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO		7.835,55	PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO		
PENSAO ALIMENTICIA		12.730,00	PENSAO ALIMENTICIA		
POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S A		227,00	POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S A		
SINDGUARDA		37.765,35	SINDGUARDA		
VALE TRANSPORTE			VALE TRANSPORTE		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		4.610,28	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS:		
FUNDEB - FUNDO DE EDUCAÇÃO BASICA			FUNDEB - FUNDO DE EDUCAÇÃO BASICA		
TOTAL	0,00	6.234.555,26	TOTAL	0,00	4.898.646,02
SALDO TRANSFERIDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO TRANSFERIDO PARA O MÊS SEQUINTE		
CAIXA		791.764,13	CAIXA		1.728.434,54
BANCO APLICAÇÃO			BANCO APLICAÇÃO		
BANCO MOVIMENTO			BANCO MOVIMENTO		
TOTAL	0,00	791.764,13	TOTAL	0,00	1.728.434,54



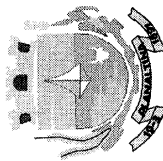
ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
JANEIRO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM						R\$ 1,00		
RECEITA			DESPESA					
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	ACUMULADO TOTAL		
TOTALIZAÇÃO			TOTALIZAÇÃO			11.460.484,04	11.460.484,04	

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 388.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46

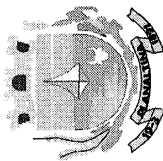


ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
FEVEREIRO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

R\$ 1,00

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS
ORÇAMENTARIA			ORÇAMENTARIA		
RECEITA PATRIMONIAL	12.516,18	8.389,95	EDUCAÇÃO	4.834.683,48	4.796.553,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.376.735,82	3.511.326,83			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.912,65	223,60			
TOTAL	4.434.164,65	3.519.940,38	TOTAL	4.834.683,48	4.796.553,85
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA		
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA	4.834.683,48	4.786.553,85	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS	4.831.383,48	32.527,46
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS	6.199,16	6.199,16
DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES			DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES:		
SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	42.323,27		SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS		42.323,27
BANCO BANIF - CONSIGNADO	1.595,30		BANCO BANIF - CONSIGNADO	3.740,90	3.740,90
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	82.067,57		BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO		82.067,57
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	42.551,83		BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO		42.551,83
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	36.617,49		BANCO CACIQUE - CONSIGNADO		36.617,49
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	9.495,19		BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO		9.495,19
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	268.061,73		BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO		268.061,73
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	5.475,78		BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO		5.475,78
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	167.880,00		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO		167.880,00
CONTRIBUICAO SINTEGO	347,54		CONTRIBUICAO SINTEGO		
FALTAS/ATRASOS/OUTROS	7.147,30		FALTAS/ATRASOS/OUTROS	7.147,30	7.147,30
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA	480.110,87		FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLAN		
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS			IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	12.409,83	3.480,00
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS		12.786,17
IRRF	184.668,89		IRRF		1.754.031,12
MANDATO DE PENHORA	475,73		MANDATO DE PENHORA		13.436,97
PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	13.436,97		PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO		7.835,55
PENSAO ALIMENTICIA	7.835,55		PENSAO ALIMENTICIA		12.730,00
POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	12.730,00		POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A		
SALARIO FAMILIA - INSS		314,40	SALARIO FAMILIA - INSS		227,00
SINDGUARDA	227,00		SINDGUARDA		223,60
VALE TRANSPORTE	37.765,35		VALE TRANSPORTE	37.765,35	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS:		
FUNDEF - FUNDO DE EDUCAÇÃO BÁSICA	4.610,28	393.052,67	FUNDEF - FUNDO DE EDUCAÇÃO BÁSICA		
TOTAL	8.233.855,26	5.189.920,92	TOTAL	4.898.646,02	2.491.750,73
SALDO TRANSFERIDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO TRANSFERIDO PARA O MÊS SEQUINTE		
CAIXA		791.764,13	CAIXA		3.147.991,26
BANCO APLICAÇÃO			BANCO APLICAÇÃO		
BANCO MOVIMENTO			BANCO MOVIMENTO		
TOTAL	0,00	791.764,13	TOTAL	0,00	3.147.991,26



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
FEVEREIRO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

R\$ 1,00

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR
TOTALIZAÇÃO	DO MÊS	TOTALIZAÇÃO	DO MÊS
	ACUMULADO TOTAL		ACUMULADO TOTAL
	20.169.625,34		20.169.625,34

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
MARÇO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

R\$ 1,00

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS
ORÇAMENTARIA			ORÇAMENTARIA		
RECEITA PATRIMONIAL	20.906,13	12.622,12	EDUCAÇÃO	9.631.237,33	23.237,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.888.062,65	4.176.711,87			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	45.136,25	30.171,35			
TOTAL	7.954.105,03	4.219.505,14	TOTAL	9.631.237,33	23.237,73
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA		
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA	9.631.237,33	23.237,73	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS	4.863.910,94	4.790.514,12
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS	6.199,16	6.199,16
DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES			DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES:		
SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	42.323,27	37.948,00	SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	42.323,27	37.948,00
BANCO BANIF - CONSIGNADO	1.595,30	1.595,30	BANCO BANIF - CONSIGNADO	3.740,90	1.595,30
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	82.067,57	73.661,38	BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	82.067,57	73.661,38
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	42.551,83	48.458,35	BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	42.551,83	48.458,35
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	36.617,49	33.576,02	BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	36.617,49	33.576,02
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	9.495,19	8.442,11	BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	9.495,19	8.442,11
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	268.061,73	534.017,87	BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	268.061,73	534.017,87
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	5.475,78	5.235,13	BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	5.475,78	5.235,13
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	167.880,00	141.681,10	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	167.880,00	141.681,10
CONTRIBUICAO SINTEGO	347,54	347,54	CONTRIBUICAO SINTEGO	7.147,30	7.147,30
FALTAS/ATRASOS/OUTROS	7.147,30	14.525,55	FALTAS/ATRASOS/OUTROS	3.480,00	3.480,00
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANAL	460.110,87	409.892,08	FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANAL	25.196,00	7.788,29
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	13.728,14	8.325,07	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	1.754.031,12	1.754.031,12
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	184.668,89	256.134,45	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS		
IRRF	475,73	475,73	IRRF		
MANDATO DE PENHORA	13.436,97	12.389,29	MANDATO DE PENHORA	13.436,97	12.389,29
PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	7.835,55	8.815,45	PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	7.835,55	8.815,45
PENSAO ALIMENTICIA	12.730,00	1.906,00	PENSAO ALIMENTICIA	12.730,00	1.906,00
POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A		1.765,07	POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A		
RPPS - ONUS	314,40	288,20	RPPS - ONUS		
SALARIO FAMILIA - INSS	227,00	245,63	SALARIO FAMILIA - INSS	227,00	245,63
SINDIGUARDA	37.765,35	30.268,56	SINDIGUARDA	37.988,95	30.171,35
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE GO			SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE GO		
VALE TRANSPORTE			VALE TRANSPORTE		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS			TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS:		
FUNDEF - FUNDO DE EDUCACAO BASICA	397.682,95		FUNDEF - FUNDO DE EDUCACAO BASICA		
TOTAL	11.423.756,18	1.384.627,50	TOTAL	7.390.395,75	5.468.714,54
SALDO TRANSFERIDO DO EXERCICIO ANTERIOR			SALDO TRANSFERIDO PARA O MES SEGUINTE		
CAIXA		791.764,13	CAIXA		3.260.171,63
BANCO APLICACAO			BANCO APLICACAO		



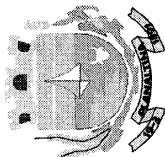
ART. 103 | E.FEDERAL N 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TOM							
RECETA				DESPESA			
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	ACUMULADO TOTAL	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	ACUMULADO TOTAL
BANCO MOVIMENTO				BANCO MOVIMENTO			
TOTAL	0,00	791.764,13	791.764,13	TOTAL	0,00	3.260.171,63	3.260.171,63
TOTALIZAÇÃO			25.773.757,98	TOTALIZAÇÃO			25.773.757,98

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46

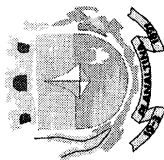


ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
BALANCE FINANCEIRO
ABRIL DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

R\$ 1,00

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS
ORÇAMENTARIA			ORÇAMENTARIA		
RECEITA PATRIMONIAL	33.528,25	10.628,57	EDUCAÇÃO	9.654.475,06	10.206.328,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.064.774,32	4.870.395,08			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.307,60	81.181,10			
TOTAL	12.173.610,17	4.962.204,75	TOTAL	9.654.475,06	10.206.328,58
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA		
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA	9.654.475,06	10.206.328,58	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS	9.654.425,06	10.174.337,19
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS		
DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES			RESTO A PAGAR PAGAMENTOS	6.199,16	6.199,16
SINDIFLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	80.271,27	82.636,69	DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES:		
BANCO BANIF - CONSIGNADO	3.190,60	3.190,60	SINDIFLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	80.313,95	123.959,37
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	155.728,95	157.075,94	BANCO BANIF - CONSIGNADO	5.336,20	5.336,20
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	91.010,18	120.435,19	BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	155.728,95	76.134,07
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	70.193,51	89.442,51	BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	91.010,18	52.891,96
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	17.937,30	16.468,45	BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	70.193,51	32.804,94
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	534.017,87	558.900,33	BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	17.937,30	7.954,78
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	10.710,91	11.145,84	BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	534.017,87	275.105,15
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	309.561,10	334.382,44	BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	10.710,91	5.235,13
CONTRIBUICAO SINTEGO	347,54	324,64	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	309.561,10	143.242,82
FALTAS/ATRASOS/OUTROS	21.672,85	19.879,53	CONTRIBUICAO SINTEGO	7.147,30	9.984,64
FUNDEF - SALARIO FAMILIA	870.002,95	882.573,83	FALTAS/ATRASOS/OUTROS		
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA			FUNDEF - SALARIO FAMILIA		
IMPOSTO SINDICAL		85.316,02	FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLAN		
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	22.053,21	20.970,54	IMPOSTO SINDICAL	3.480,00	3.480,00
IPASGO		485,57	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	32.984,29	40.522,08
IRRF	440.803,34	480.353,50	IPASGO		
MANDATO DE PENHORA	475,73	475,73	IRRF	1.754.031,12	1.754.031,12
PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	25.826,26	26.909,72	MANDATO DE PENHORA		
PENSAO ALIMENTICIA	16.651,00	16.563,83	PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	25.826,26	12.389,29
POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	14.636,00	10.571,04	PENSAO ALIMENTICIA	16.651,00	24.339,90
RPPS - ONUS	1.765,07	4.581,93	POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	14.636,00	1.516,81
SALARIO FAMILIA - INSS	602,60	368,80	RPPS - ONUS		
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE GO	472,63	491,26	SALARIO FAMILIA - INSS	288,20	655,00
VALE TRANSPORTE	280,89	283,30	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE G	472,63	718,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	68.033,91	69.205,32	VALE TRANSPORTE		
FUNDEF - FUNDO DE EDUCACAO BASICA			TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	68.160,30	139.346,76
TOTAL	12.808.383,68	13.189.657,33	TOTAL	12.859.111,29	11.002.879,93
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA		
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA	9.654.475,06	10.206.328,58	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS	9.654.425,06	10.174.337,19
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS		
DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES			RESTO A PAGAR PAGAMENTOS	6.199,16	6.199,16
SINDIFLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	80.271,27	82.636,69	DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES:		
BANCO BANIF - CONSIGNADO	3.190,60	3.190,60	SINDIFLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	80.313,95	123.959,37
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	155.728,95	157.075,94	BANCO BANIF - CONSIGNADO	5.336,20	5.336,20
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	91.010,18	120.435,19	BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	155.728,95	76.134,07
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	70.193,51	89.442,51	BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	91.010,18	52.891,96
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	17.937,30	16.468,45	BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	70.193,51	32.804,94
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	534.017,87	558.900,33	BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	17.937,30	7.954,78
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	10.710,91	11.145,84	BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	534.017,87	275.105,15
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	309.561,10	334.382,44	BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	10.710,91	5.235,13
CONTRIBUICAO SINTEGO	347,54	324,64	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	309.561,10	143.242,82
FALTAS/ATRASOS/OUTROS	21.672,85	19.879,53	CONTRIBUICAO SINTEGO	7.147,30	9.984,64
FUNDEF - SALARIO FAMILIA	870.002,95	882.573,83	FALTAS/ATRASOS/OUTROS		
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA			FUNDEF - SALARIO FAMILIA		
IMPOSTO SINDICAL		85.316,02	FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLAN		
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	22.053,21	20.970,54	IMPOSTO SINDICAL	3.480,00	3.480,00
IPASGO		485,57	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	32.984,29	40.522,08
IRRF	440.803,34	480.353,50	IPASGO		
MANDATO DE PENHORA	475,73	475,73	IRRF	1.754.031,12	1.754.031,12
PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	25.826,26	26.909,72	MANDATO DE PENHORA		
PENSAO ALIMENTICIA	16.651,00	16.563,83	PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	25.826,26	12.389,29
POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	14.636,00	10.571,04	PENSAO ALIMENTICIA	16.651,00	24.339,90
RPPS - ONUS	1.765,07	4.581,93	POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	14.636,00	1.516,81
SALARIO FAMILIA - INSS	602,60	368,80	RPPS - ONUS		
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE GO	472,63	491,26	SALARIO FAMILIA - INSS	288,20	655,00
VALE TRANSPORTE	280,89	283,30	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE G	472,63	718,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	68.033,91	69.205,32	VALE TRANSPORTE		
FUNDEF - FUNDO DE EDUCACAO BASICA			TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	68.160,30	139.346,76
TOTAL	12.808.383,68	13.189.657,33	TOTAL	12.859.111,29	11.002.879,93
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA		
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA	9.654.475,06	10.206.328,58	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS	9.654.425,06	10.174.337,19
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS		
DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES			RESTO A PAGAR PAGAMENTOS	6.199,16	6.199,16
SINDIFLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	80.271,27	82.636,69	DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES:		
BANCO BANIF - CONSIGNADO	3.190,60	3.190,60	SINDIFLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	80.313,95	123.959,37
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	155.728,95	157.075,94	BANCO BANIF - CONSIGNADO	5.336,20	5.336,20
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	91.010,18	120.435,19	BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	155.728,95	76.134,07
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	70.193,51	89.442,51	BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	91.010,18	52.891,96
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	17.937,30	16.468,45	BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	70.193,51	32.804,94
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	534.017,87	558.900,33	BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	17.937,30	7.954,78
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	10.710,91	11.145,84	BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	534.017,87	275.105,15
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	309.561,10	334.382,44	BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	10.710,91	5.235,13
CONTRIBUICAO SINTEGO	347,54	324,64	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	309.561,10	143.242,82
FALTAS/ATRASOS/OUTROS	21.672,85	19.879,53	CONTRIBUICAO SINTEGO	7.147,30	9.984,64
FUNDEF - SALARIO FAMILIA	870.002,95	882.573,83	FALTAS/ATRASOS/OUTROS		
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA			FUNDEF - SALARIO FAMILIA		
IMPOSTO SINDICAL		85.316,02	FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLAN		
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	22.053,21	20.970,54	IMPOSTO SINDICAL	3.480,00	3.480,00
IPASGO		485,57	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	32.984,29	40.522,08
IRRF	440.803,34	480.353,50	IPASGO		
MANDATO DE PENHORA	475,73	475,73	IRRF	1.754.031,12	1.754.031,12
PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	25.826,26	26.909,72	MANDATO DE PENHORA		
PENSAO ALIMENTICIA	16.651,00	16.563,83	PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	25.826,26	12.389,29
POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	14.636,00	10.571,04	PENSAO ALIMENTICIA	16.651,00	24.339,90
RPPS - ONUS	1.765,07	4.581,93	POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	14.636,00	1.516,81
SALARIO FAMILIA - INSS	602,60	368,80	RPPS - ONUS		
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE GO	472,63	491,26	SALARIO FAMILIA - INSS	288,20	655,00
VALE TRANSPORTE	280,89	283,30	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE G	472,63	718,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	68.033,91	69.205,32	VALE TRANSPORTE		
FUNDEF - FUNDO DE EDUCACAO BASICA			TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	68.160,30	139.346,76
TOTAL	12.808.383,68	13.189.657,33	TOTAL	12.859.111,29	11.002.879,93
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA		
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA	9.654.475,06	10.206.328,58	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS	9.654.425,06	10.174.337,19
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS		
DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES			RESTO A PAGAR PAGAMENTOS	6.199,16	6.199,16
SINDIFLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	80.271,27	82.636,69	DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES:		
BANCO BANIF - CONSIGNADO	3.190,60	3.190,60	SINDIFLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	80.313,95	123.959,37
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	155.728,95	157.075,94	BANCO BANIF - CONSIGNADO	5.336,20	5.336,20
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	91.010,18	120.435,19	BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	155.728,95	76.134,07
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	70.193,51	89.442,51	BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	91.010,18	52.891,96
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	17.937,30	16.468,45	BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	70.193,51	32.804,94
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	534.017,87	558.900,33	BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	17.937,30	7.954,78
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	10.710,91	11.145,84	BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	534.017,87	275.105,15
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	309.561,10	334.382,44	BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	10.710,91	5.235,13
CONTRIBUICAO SINTEGO	347,54	324,64	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	309.561,10	143.242,82
FALTAS/ATRASOS/OUTROS	21.672,85	19.879,53	CONTRIBUICAO SINTEGO	7.147,30	9.984,64
FUNDEF - SALARIO FAMILIA	870.002,95	882.573,83	FALTAS/ATRASOS/OUTROS		
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA			FUNDEF - SALARIO FAMILIA		
IMPOSTO SINDICAL		85.316,02	FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLAN		
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	22.053,21	20.970,54	IMPOSTO SINDICAL	3.480,00	3.480,00
IPASGO		485,57	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	32.984,29	40.522,08
IRRF	440.803,34	480.353,50	IPASGO		
MANDATO DE PENHORA	475,73	475,73	IRRF	1.754.031,12	1.754.031,12
PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	25.826,26	26.909,72	MANDATO DE PENHORA		
PENSAO ALIMENTICIA	16.651,00	16.563,83	PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	25.826,26	12.389,29
POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	14.636,00	10.571,04	PENSAO ALIMENTICIA	16.651,00	24.339,90
RPPS - ONUS	1.765,07	4.581,93	POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	14.636,00	1.516,81
SALARIO FAMILIA - INSS	602,60	368,80	RPPS - ONUS		
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE GO	472,63	491,26	SALARIO FAMILIA - INSS	288,20	655,00
VALE TRANSPORTE	280,89	283,30	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE G	472,63	718,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	68.033,91	69.205,32	VALE TRANSPORTE		
FUNDEF - FUNDO DE EDUCACAO BASICA			TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	68.160,30	139.346,76
TOTAL	12.808.383,68	13.189.657,33	TOTAL	12.859.111,29	11.002.879,93
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA		
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA	9.654.475,06	10.206.328,58	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS	9.654.425,06	10.174.337,19
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS		
DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES			RESTO A PAGAR PAGAMENTOS	6.199,16	6.199,16
SINDIFLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	80.271,27	82.636,69	DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES:		
BANCO BANIF - CONSIGNADO	3.190,60	3.190,60	SINDIFLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	80.313,95	123.959,37
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	155.728,95	157.075,94	BANCO BANIF - CONSIGNADO	5.336,20	5.336,20
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	91.010,18	120.435,19	BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	155.728,95	76.134,07
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	70.193,51	89.442,51	BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	91.010,18	52.891,96
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	17.937,30	16.468,45	BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	70.193,51	32.804,94
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	534.017,87	558.900,33	BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	17.937,30	7.954,78
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	10.710,91	11.145,84	BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	534.017,87	275.105,15
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	309.561,10	334.382,44	BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	10.710,91	5.235,13
CONTRIBUICAO SINTEGO	347,54	324,64	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	309.561,10	143.242,82
FALTAS/ATRASOS/OUTROS	21.672,85	19.879,53	CONTRIBUICAO SINTEGO	7.147,30	9.984,64
FUNDEF - SALARIO FAMILIA	870.002,95	882.573,83	FALTAS/ATRASOS/OUTROS		
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA			FUNDEF - SALARIO FAMILIA		
IMPOSTO SINDICAL		85.316,02	FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLAN		
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	22.053,21	20.970,54	IMPOSTO SINDICAL	3.480,00	3.480,00
IPASGO		485,57	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	32.984,29	40.52



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
ABRIL DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

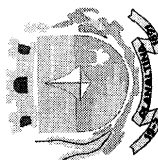
R\$ 1,00

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS
SALDO TRANSFERIDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO TRANSFERIDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA		791.764,13			202.825,20
BANCO APLICAÇÃO					
BANCO MOVIMENTO					
TOTAL	0,00	791.764,13	TOTAL	0,00	202.825,20
TOTALIZAÇÃO		43.925.620,06	TOTALIZAÇÃO		43.925.620,06

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.968.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46

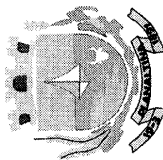


ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
MAIO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TOM

R\$ 1,00

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS
ORÇAMENTARIA			ORÇAMENTARIA		
RECEITA PATRIMONIAL	44.156,92	10.989,42	EDUCAÇÃO	19.860.803,64	5.573.129,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.935.169,40	4.248.913,56			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	156.488,70	40.680,72			
TOTAL	17.135.814,92	4.300.583,70	TOTAL	19.860.803,64	5.573.129,12
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA		
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA	19.860.803,64	5.573.129,12	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS	19.828.762,25	4.364.129,71
SERVICO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVICO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS	6.199,16	
DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES			DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES:		
SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	162.907,96	35.857,68	SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	204.273,32	43.896,67
BANCO BANIF - CONSIGNADO	6.381,20	1.045,00	BANCO BANIF - CONSIGNADO	5.336,20	5.336,20
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	312.804,89	65.241,35	BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	231.863,02	80.941,87
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	211.445,37	50.226,51	BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	143.902,14	67.543,23
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	139.636,02	29.642,35	BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	102.998,45	36.637,57
BANCO DE BRASÍLIA - BRB CONSIGNADO		730,75	BANCO DE BRASÍLIA - BRB CONSIGNADO		
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	34.405,75	6.304,29	BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	25.892,08	8.513,67
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	1.082.918,20	270.915,08	BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	809.123,02	301.588,89
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	21.896,75	4.005,06	BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	15.946,04	5.910,71
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	643.943,54	124.677,93	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	452.803,92	628.149,83
CONTRIBUICAO SINTEGO	672,18	313,53	CONTRIBUICAO SINTEGO		
DECISÃO JUDICIAL - 2009.05.1.003453-4		1.120,27	DECISÃO JUDICIAL - 2009.05.1.003453-4		
FALTAS/ATRASOS/OUTROS	41.552,38	1.120,27	FALTAS/ATRASOS/OUTROS	17.141,94	5.145,04
FUNDEF - SALARIO FAMILIA	288,20	5.145,04	FUNDEF - SALARIO FAMILIA		
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA	1.752.576,78	392.192,83	FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA		
IMPOSTO SINDICAL	85.316,02		IMPOSTO SINDICAL		
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	43.023,75	1.065,62	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	3.480,00	3.480,00
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	485,57	1.692,39	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	40.522,08	40.522,08
IPASGO	931.156,84	227.779,61	IPASGO		
IRRF			IRRF	1.754.031,12	1.754.031,12
MANDATO DE PENHORA	951,46	475,73	MANDATO DE PENHORA		
PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	52.735,98	9.986,65	PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	38.215,55	38.215,55
PENSÃO ALIMENTÍCIA	33.214,83	2.941,53	PENSÃO ALIMENTÍCIA	24.339,90	32.868,26
POLICARD SYSTEMS E SERVIÇOS S.A	25.207,04	5.155,97	POLICARD SYSTEMS E SERVIÇOS S.A	16.152,81	25.207,04
RPPS - ONUS	6.347,00	1.625,76	RPPS - ONUS		
SALÁRIO FAMILIA - INSS	969,40		SALÁRIO FAMILIA - INSS	943,20	943,20
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GO	574,19		SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GO	718,26	963,89
VALE TRANSPORTE	137.239,23	35.535,68	VALE TRANSPORTE	138.346,76	324,64
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS:		
FUNDEF - FUNDO DE EDUCAÇÃO BÁSICA	397.662,95		FUNDEF - FUNDO DE EDUCAÇÃO BÁSICA		174.882,44



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
MAIO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

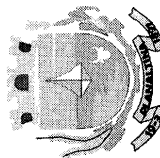
R\$ 1,00

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	ACUMULADO TOTAL	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	ACUMULADO TOTAL
TOTAL	25.998.041,01	6.846.805,75	32.844.846,76	TOTAL	23.861.991,22	5.141.341,81	29.003.333,03
SALDO TRANSFERIDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO TRANSFERIDO PARA O MÊS SEQUINTE			
CAIXA							
BANCO APLICAÇÃO		791.764,13	791.764,13			635.743,72	635.743,72
BANCO MOVIMENTO							
TOTAL	0,00	791.764,13	791.764,13	TOTAL	0,00	635.743,72	635.743,72
TOTALIZAÇÃO			55.073.009,51	TOTALIZAÇÃO			55.073.009,51

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46

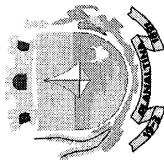


ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
JUNHO DE 2015

R\$ 1,00

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS
ORÇAMENTARIA			ORÇAMENTARIA		
RECEITA PATRIMONIAL	55.146,24	11.808,65	EDUCAÇÃO	25.433.932,76	6.152.390,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.184.082,96	4.263.929,88			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	197.169,42	7.515,09			
TOTAL	21.436.398,62	4.283.253,62	TOTAL	25.433.932,76	6.152.390,47
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA		
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA	25.433.932,76	6.152.390,47	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS	24.192.891,96	1.244.499,92
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS	6.199,16	6.199,16
DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES			DÉPOSITOS/CONSIGNAÇÕES:		
SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	198.765,64	8.088,94	SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	248.169,99	43.926,62
BANCO BANIF - CONSIGNADO	7.426,20	550,30	BANCO BANIF - CONSIGNADO	5.336,20	292.096,61
BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	378.046,24	18.553,16	BANCO BONSUCESSO - CONSIGNADO	312.804,89	5.336,20
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	261.671,88	18.877,87	BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	211.445,37	312.804,89
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	169.278,37	6.474,57	BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	139.636,02	211.445,37
BANCO DO BRASIL - BRB CONSIGNADO	730,75	902,19	BANCO DO BRASIL - BRB CONSIGNADO	1.632,94	139.636,02
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	40.710,04	2.444,04	BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	34.405,75	1.632,94
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	1.363.833,28	35.823,02	BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	1.110.711,91	34.405,75
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	25.861,63	1.744,98	BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	21.856,75	1.110.711,91
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	768.621,47	48.267,16	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	626.149,83	21.856,75
CONTRIBUICAO SINTEGO	985,71		CONTRIBUICAO SINTEGO		768.621,47
DECISAO JUDICIAL - 2009.05.1.003453-4	1.120,27		DECISAO JUDICIAL - 2009.05.1.003453-4		
FALTAS/ATRASOS/OUTROS	46.897,42	3.308,92	FALTAS/ATRASOS/OUTROS	22.286,98	22.286,98
FUNDEF - SALARIO FAMILIA	288,20		FUNDEF - SALARIO FAMILIA		
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA	2.144.769,61	86.989,27	FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA		
IMPOSTO SINDICAL	85.316,02		IMPOSTO SINDICAL		
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	44.089,37	13.672,81	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	3.480,00	3.480,00
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	2.177,96		INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	40.522,08	64.976,46
IPASGO	1.158.936,45	10.904,84	IPASGO		24.454,38
IRRF	1.427,19		IRRF	1.754.031,12	1.754.031,12
MANDATO DE PENHORA	62.722,63	4.334,93	MANDATO DE PENHORA		
PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	36.156,36	5.799,26	PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	38.215,55	38.215,55
PENSAO ALIMENTICIA	30.363,01	4.378,19	PENSAO ALIMENTICIA	32.868,26	41.569,05
POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	7.972,76		POLICARD SYSTEMS E SERVICOS S.A	25.207,04	25.207,04
RPPS - ONUS	969,40	1.100,40	RPPS - ONUS	943,20	366,80
SALARIO FAMILIA - INSS	963,89	245,63	SALARIO FAMILIA - INSS	963,89	1.310,00
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE GO	574,19	16,82	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DE GO	324,64	1.209,52
VALE TRANSPORTE	172.774,91	7.515,09	VALE TRANSPORTE	174.862,44	324,64
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS			TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS:		182.397,53
FUNDEF - FUNDO DE EDUCACAO BASICA	397.662,95		FUNDEF - FUNDO DE EDUCACAO BASICA		



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
JUNHO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

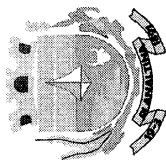
R\$ 1,00

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS
TOTAL	32.844.846,76	6.432.302,86	TOTAL	29.003.333,03	1.812.145,63
SALDO TRANSFERIDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO TRANSFERIDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA					
BANCO APLICAÇÃO		791.764,13			3.386.764,10
BANCO MOVIMENTO					
TOTAL		791.764,13	TOTAL	0,00	3.386.764,10
TOTALIZAÇÃO		65.788.565,99	TOTALIZAÇÃO		65.788.565,99

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46

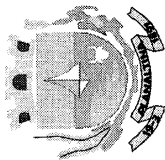


ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
BALANCE FINANCEIRO
JULHO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

R\$ 1,00

RECEITA			DESPESA			R\$ 1,00
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	
ORÇAMENTARIA			ORÇAMENTARIA			R\$ 1,00
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	
RECEITA PATRIMONIAL	66.954,89	12.413,80	EDUCAÇÃO	31.586.323,23	4.792.099,03	36.378.422,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.448.912,84	4.504.797,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	204.684,51	5.595,78				
TOTAL	25.719.552,24	4.522.910,58	TOTAL	31.586.323,23	4.792.099,03	36.378.422,26
EXTRA ORÇAMENTARIA			EXTRA ORÇAMENTARIA			
DESPESA A PAGAR CONTRAPARTIDA	31.586.323,23	4.792.099,03	DESPESA A PAGAR PAGAMENTOS	25.437.391,88	6.153.296,35	31.590.688,23
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR CONTRAPARTIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR PAGAMENTOS			
DEPÓSITOS/CONSIGNAÇÕES			DEPÓSITOS/CONSIGNAÇÕES:			
SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	206.834,58	44.066,85	SINDIPLAG - SIND. DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS	292.096,61	4.785,90	292.096,61
BANCO BANIF - CONSIGNADO	7.976,50	1.595,30	BANCO BANIF - CONSIGNADO	5.336,20	10.122,10	10.122,10
BANCO BONSUCESSE - CONSIGNADO	396.599,40	83.246,34	BANCO BONSUCESSE - CONSIGNADO	312.804,89	83.794,51	396.599,40
BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	280.549,75	72.838,33	BANCO BRADESCO S/A - CONSIGNADO	211.445,37	69.104,38	280.549,75
BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	175.752,94	34.848,09	BANCO CACIQUE - CONSIGNADO	139.636,02	36.116,92	175.752,94
BANCO DE BRASÍLIA - BRB CONSIGNADO	1.632,94	2.229,34	BANCO DE BRASÍLIA - BRB CONSIGNADO	1.632,94	2.229,34	3.862,28
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	43.154,08	8.557,67	BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNADO	34.405,75	8.748,33	43.154,08
BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	1.399.656,30	310.051,55	BANCO ITAU S/A - CONSIGNADO	1.417.702,73	310.051,55	1.727.754,28
BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	27.606,81	5.750,06	BANCO VOTORANTIM S/A - CONSIGNADO	21.856,75	5.750,06	27.606,81
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	816.888,63	176.242,49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONSIGNADO	799.962,47	176.242,49	976.204,96
CONTRIBUICAO SINTEGO	985,71		CONTRIBUICAO SINTEGO			
DECISÃO JUDICIAL - 2009.05.1.003453-4	1.120,27		DECISÃO JUDICIAL - 2009.05.1.003453-4			
FALTAS/ATRASOS/OUTROS	50.006,34	13.005,41	FALTAS/ATRASOS/OUTROS	22.286,98		22.286,98
FUNDEB - SALARIO FAMILIA	288,20		FUNDEB - SALARIO FAMILIA			
FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLANA	2.231.738,88	478.239,70	FUNDO DE LIQUIDEZ DA PREVIDENCIA SOCIAL DE PLAN			
IMPOSTO SINDICAL	85.316,02		IMPOSTO SINDICAL			
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS			IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS			
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	57.762,18	1.747,33	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	3.480,00		3.480,00
IPASGO	2.177,96		IPASGO	64.976,46	1.747,33	66.723,79
IRRF	1.169.841,29	316.112,00	IRRF	1.754.031,12		1.754.031,12
MANDATO DE PENHORA	1.427,19		MANDATO DE PENHORA			
PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	67.057,56	14.178,89	PARANA BANCO S/A - CONSIGNADO	38.215,55		38.215,55
PENSÃO ALIMENTÍCIA	41.915,62	8.699,49	PENSÃO ALIMENTÍCIA	41.569,05	8.590,12	50.159,17
POLICARD SYSTEMS E SERVIÇOS S/A	34.741,20		POLICARD SYSTEMS E SERVIÇOS S/A	25.207,04	9.534,16	34.741,20
RPPS - ONUS	7.972,76	1.855,88	RPPS - ONUS			
SALARIO FAMILIA - INSS	2.069,80		SALARIO FAMILIA - INSS	1.310,00		1.310,00
SINDICATO	1.209,52	225,46	SINDICATO	1.209,52		1.209,52
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GO	591,01	300,34	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE G	324,64		324,64
VALE TRANSPORTE	180.290,00	5.595,78	VALE TRANSPORTE	182.397,53	5.595,78	187.997,31
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS:			
FUNDEB - FUNDO DE EDUCAÇÃO BASICA	397.662,95		FUNDEB - FUNDO DE EDUCAÇÃO BASICA			



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
JULHO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

R\$ 1,00

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS
TOTAL	39.277.149,62	6.373.897,21	TOTAL	30.815.478,66	6.875.591,22
SALDO TRANSFERIDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO TRANSFERIDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA					
BANCO APLICAÇÃO		791.764,13			2.615.781,64
BANCO MOVIMENTO					
TOTAL		791.764,13	TOTAL	0,00	2.615.781,64
TOTALIZAÇÃO		76.585.273,78	TOTALIZAÇÃO		76.585.273,78

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

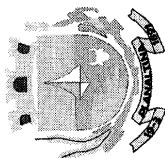
MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



R\$ 1,00

Página 1 de 2



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
BALANCETE FINANCEIRO
AGOSTO DE 2015

ART. 103 LEI FEDERAL N. 4.320/64 E ART. 12, INCISO VIII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 012/14-TCM

R\$ 1,00

RECETA				DESPESA			
TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	ACUMULADO TOTAL	TÍTULOS	ACUMULADO ANTERIOR	DO MÊS	ACUMULADO TOTAL
TOTAL	45.651.046,83	7.055.468,15	52.706.514,98	TOTAL	37.691.069,88	6.555.542,33	44.346.612,21
SALDO TRANSFERIDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO TRANSFERIDO PARA O MÊS SEQUINTE			
CAIXA				CAIXA			
BANCO APLICAÇÃO		791.764,13	791.764,13	BANCO APLICAÇÃO		2.311.184,58	2.311.184,58
BANCO MOVIMENTO				BANCO MOVIMENTO			
TOTAL	0,00	791.764,13	791.764,13	TOTAL	0,00	2.311.184,58	2.311.184,58
TOTALIZAÇÃO			88.392.412,96	TOTALIZAÇÃO			88.392.412,96

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
DECLARAÇÃO DE EMPENHO DA FOLHA DE PAGAMENTO
JANEIRO DE 2015

R\$ 1,00

ART. 12, INCISO XII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.012/14-TCM

Declaramos para os devidos fins, em especial para atendimento do disposto no art. 12, inciso XII da instrução normativa N.012/14-TCM, que a folha de pagamento de pessoal do mês de Janeiro de 2015, foi empenhada no mês de competência, conforme especificado abaixo:

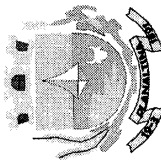
DATA	EMPENHO	DOTAÇÃO	CREDOR	VALOR
30/01/2015	014741	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	886.881,13
30/01/2015	014743	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	LUZIENE LOPES GOMES	9.839,55
30/01/2015	014744	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	2.524,83
30/01/2015	014736	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	24.836,78
30/01/2015	014737	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	3.663.163,18
30/01/2015	014740	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	145.340,62
TOTALIZAÇÃO				4.732.686,09

Por ser verdade, firmamos a presente
PLANALTINA, 31 de Janeiro de 2015

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.866.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE EMPENHO / FOLHA DE PAGAMENTO – 2015
PLANALTINA / GOIÁS



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
DECLARAÇÃO DE EMPENHO DA FOLHA DE PAGAMENTO
FEVEREIRO DE 2015

ART. 12, INCISO XII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.012/14-TCM

R\$ 1,00

Declaramos para os devidos fins, em especial para atendimento do dispostos no art. 12, inciso XII da instrução normativa N.012/14-TCM, que a folha de pagamento de pessoal do mês de Fevereiro de 2015, foi empenhada no mês de competência, conforme especificado abaixo:

DATA	EMPENHO	DOTAÇÃO	CREDOR	VALOR
27/02/2015	016299	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	457.103,22
04/02/2015	016320	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	9.839,55
27/02/2015	016327	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	29.416,87
27/02/2015	016197	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	80.792,95
27/02/2015	016078	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	4.087.636,78
27/02/2015	016135	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	32.018,37
27/02/2015	016183	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	2.134,45
TOTALIZAÇÃO				4.698.942,19

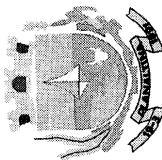
Por ser verdade, firmamos a presente

PLANAL.TINA, 28 de Fevereiro de 2015

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
DECLARAÇÃO DE EMPENHO DA FOLHA DE PAGAMENTO
MARÇO DE 2015

R\$ 1,00

ART. 12, INCISO XII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.012/14-TCM

Declaramos para os devidos fins, em especial para atendimento do dispostos no art. 12, inciso XII da instrução normativa N.012/14-TCM, que a folha de pagamento de pessoal do mês de Março de 2015, foi empenhada no mês de competência, conforme especificado abaixo:

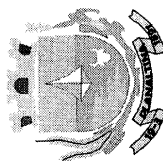
DATA	EMPENHO	DOTAÇÃO	TOTALIZAÇÃO	CREDOR	VALOR
					0,00

Por ser verdade, firmamos a presente
PLANALTINA, 31 de Março de 2015

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.018.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
DECLARAÇÃO DE EMPENHO DA FOLHA DE PAGAMENTO
ABRIL DE 2015

R\$ 1,00

ART. 12, INCISO XII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.012/14-TCM

Declaramos para os devidos fins, em especial para atendimento do disposto no art. 12, inciso XII da instrução normativa N.012/14-TCM, que a folha de pagamento de pessoal do mês de Abril de 2015, foi empenhada no mês de competência, conforme especificado abaixo:

DATA	EMPENHO	DOTAÇÃO	CREDOR	VALOR
30/04/2015	018735	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	936.516,43
01/04/2015	018523	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	8.895,33
30/04/2015	018733	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	LUZIENE LOPES GOMES	9.839,55
30/04/2015	018730	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	841,02
30/04/2015	018732	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	1.654,80
30/04/2015	018723	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	1.579,24
30/04/2015	018724	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	5.775,02
01/04/2015	018533	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	4.104.498,78
01/04/2015	018524	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	1.609,71
01/04/2015	018528	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	7.537,13
01/04/2015	018445	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	4.375,28
01/04/2015	018512	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	26.424,81
01/04/2015	018439	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	9.839,55
01/04/2015	018427	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	84.618,85
01/04/2015	018429	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	442.404,20
30/04/2015	018725	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	123.635,46
30/04/2015	018728	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	1.473,52
30/04/2015	018746	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	4.194.673,62
30/04/2015	018741	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	3.018,83
30/04/2015	018745	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	34.576,74
TOTALIZAÇÃO				10.093.787,87

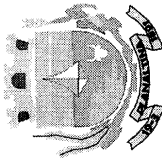
Por ser verdade, firmamos a presente

PLANALTINA, 30 de Abril de 2015

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
DECLARAÇÃO DE EMPENHO DA FOLHA DE PAGAMENTO
MAIO DE 2015

ART. 12, INCISO XII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.012/14-TCM

Declararamos para os devidos fins, em especial para atendimento do disposto no art. 12, inciso XII da instrução normativa N.012/14-TCM, que a folha de pagamento de pessoal do mês de Maio de 2015, foi empenhada no mês de competência, conforme especificado abaixo:

R\$ 1,00

DATA	EMPENHO	DOTAÇÃO	CREDOR	VALOR
29/05/2015	019274	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	120.697,58
29/05/2015	019171	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	11.682,94
29/05/2015	019481	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	9.839,55
29/05/2015	019315	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	994.230,41
29/05/2015	019487	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	4.251.795,50
29/05/2015	019485	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	28.103,26
29/05/2015	019170	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	16.427,99
29/05/2015	019151	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	827,40
TOTALIZAÇÃO				5.433.504,63

Por ser verdade, firmamos a presente
PLANALTINA, 31 de Maio de 2015

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
DECLARAÇÃO DE EMPENHO DA FOLHA DE PAGAMENTO
JUNHO DE 2015

R\$ 1,00

ART. 12, INCISO XII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.012/14-TCM

Declaramos para os devidos fins, em especial para atendimento do disposto no art. 12, inciso XII da Instrução normativa N.012/14-TCM, que a folha de pagamento de pessoal do mês de Junho de 2015, foi empenhada no mês de competência, conforme especificado abaixo:

DATA	EMPENHO	DOTAÇÃO	CREDOR	VALOR
30/06/2015	019988	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	4.713.281,18
02/06/2015	019967	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	30.798,30
30/06/2015	020002	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	1.143,87
30/06/2015	020017	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	229.638,25
30/06/2015	020005	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	9.195,16
30/06/2015	019825	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	1.103,20
30/06/2015	019822	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	9.839,55
01/06/2015	019840	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	2.997,48
30/06/2015	019891	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	1.123.932,92
01/06/2015	019875	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	521,64
TOTALIZAÇÃO				6.122.451,55

Por ser verdade, firmamos a presente
PLANALTINA, 30 de Junho de 2015

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.781-46



ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
DECLARAÇÃO DE EMPENHO DA FOLHA DE PAGAMENTO
JULHO DE 2015

R\$ 1,00

ART. 12, INCISO XII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.012/14-TCM

Declaramos para os devidos fins, em especial para atendimento do disposto no art. 12, inciso XII da instrução normativa N.012/14-TCM, que a folha de pagamento de pessoal do mês de Julho de 2015, foi empenhada no mês de competência, conforme especificado abaixo:

DATA	EMPENHO	DOTAÇÃO	CREDOR	VALOR
7/31/2015	020546	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	28.836,71
7/31/2015	020564	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	3.695.616,04
7/31/2015	020580	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	10.598,87
7/31/2015	020534	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	827,40
7/31/2015	020485	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	42.885,47
7/31/2015	020528	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	888.127,54
7/31/2015	020533	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUNDEF FUNDEB	9.839,55
TOTALIZAÇÃO				4.676.709,58

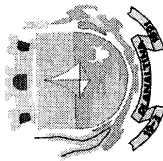
Por ser verdade, firmamos a presente

PLANALTINA, 31 de Julho de 2015

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
DECLARAÇÃO DE EMPENHO DA FOLHA DE PAGAMENTO
AGOSTO DE 2015

ART. 12, INCISO XII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.012/14-TCM

R\$ 1,00

Declaramos para os devidos fins, em especial para atendimento do disposto no art. 12, inciso XII da instrução normativa N.012/14-TCM, que a folha de pagamento de pessoal do mês de Agosto de 2015, foi empenhada no mês de competência, conforme especificado abaixo:

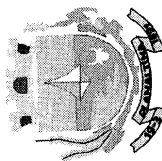
DATA	EMPENHO	DOTAÇÃO	CREDOR	VALOR
8/31/2015	021223	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	827,40
8/31/2015	021222	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	8.802,88
8/31/2015	021281	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	899.781,87
8/31/2015	021241	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	39.936,32
8/31/2015	021194	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	27.562,63
8/30/2015	021189	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	3.838,95
8/31/2015	021221	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	9.839,55
8/31/2015	021205	12.54.12.361.0403.2056.3.1.90.11.	FUMDEF FUNDEB	4.250.609,70
TOTALIZAÇÃO				5.241.195,11

Por ser verdade, firmamos a presente
PLANALTINA, 31 de Agosto de 2015

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.781-46



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
RESUMO GERAL DA DESPESA
JANEIRO DE 2015

ART. 90 DA LEI FEDERAL N. 4320/64

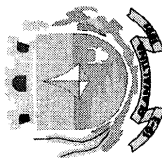
CAT. ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.05.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0,00	4.732.586,09	4.732.586,09
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	27.889,19	27.889,19
3.1.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
3.2.90.23.00	JUROS, DESAGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0,00	4.020,00	4.020,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	70.908,20	70.908,20
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
	TOTALIZAÇÃO	0,00	4.835.403,48	4.835.403,48

R\$ 1,00

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 388.019.741-04

ANDRÉ LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-48



ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
RESUMO GERAL DA DESPESA
FEVEREIRO DE 2015

ART. 90 DA LEI FEDERAL N. 4320/64

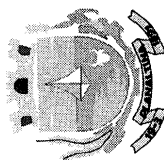
CAT. ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.09.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	989,40	989,40
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.732.586,09	4.598.942,19	9.431.528,28
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	27.889,19	29.227,46	57.116,65
3.1.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
3.2.90.23.00	JUROS, DESAGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.300,00	0,00	3.300,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.908,20	67.414,80	138.323,00
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
	TOTALIZAÇÃO	4.834.603,48	4.796.555,85	9.631.237,33

R\$ 1,00

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRÉ LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
RESUMO GERAL DA DESPESA
MARÇO DE 2015

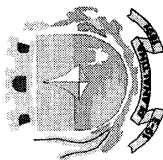
ART. 90 DA LEI FEDERAL N. 4320/64

R\$ 1,00			
CAT. ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	TOTAL
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00
3.1.90.09.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	969,40	969,40
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.431.528,28	9.431.528,28
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	57.116,65	74.759,38
3.1.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00
3.2.90.23.00	JUROS, DESAGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	3.300,00	8.895,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	138.323,00	138.323,00
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00
TOTALIZAÇÃO		9.531.237,33	23.237,73
			9.654.475,06

ANDRÉ LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
RESUMO GERAL DA DESPESA
ABRIL DE 2015

ART. 90 DA LEI FEDERAL N. 4320/64

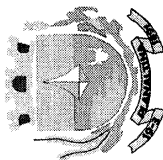
R\$ 1,00

CAT. ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.09.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	969,40	943,20	1.912,60
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.431.528,28	10.003.787,87	19.435.316,15
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	74.759,38	44.363,71	119.123,09
3.1.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
3.2.90.23.00	JUROS, DESAGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	8.895,00	1.740,00	10.635,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	138.323,00	155.493,80	293.816,80
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
TOTALIZAÇÃO		9.554.475,06	10.206.328,58	19.860.803,64

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRÉ LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
RESUMO GERAL DA DESPESA
ABRIL DE 2015

ART. 90 DA LEI FEDERAL N. 4320/64

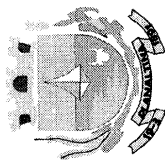
R\$ 1,00

CAT. ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.09.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	969,40	943,20	1.912,60
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.431.528,28	10.003.787,87	19.435.316,15
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	74.759,38	44.363,71	119.123,09
3.1.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
3.2.90.23.00	JUROS, DESAGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	8.895,00	1.740,00	10.635,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	138.323,00	155.493,80	293.816,80
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
TOTALIZAÇÃO		9.554.475,06	10.206.328,58	19.860.803,64

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRÉ LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
RESUMO GERAL DA DESPESA
MAIO DE 2015

ART. 90 DA LEI FEDERAL N. 4320/64

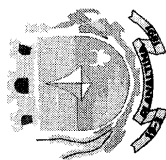
R\$ 1,00

CAT. ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.09.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	1.912,60	3.779,54	5.692,14
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	19.435.316,15	5.433.804,63	24.868.920,78
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	119.123,09	28.839,55	147.962,64
3.1.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
3.2.90.23.00	JUROS, DESAGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	10.635,00	550,00	11.185,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	293.816,80	106.355,40	400.172,20
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
	TOTALIZAÇÃO	19.860.803,64	5.573.129,12	25.433.932,76

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
RESUMO GERAL DA DESPESA
JUNHO DE 2015

ART. 90 DA LEI FEDERAL N. 4320/64

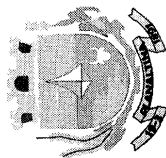
R\$ 1,00

CAT. ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.08.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	5.692,14	3.847,16	9.539,30
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.868.920,78	6.122.451,55	30.991.372,33
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	147.962,64	3.754,56	151.717,20
3.1.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
3.2.90.23.00	JUROS, DESAGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	11.185,00	560,00	11.745,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	400.172,20	21.777,20	421.949,40
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
TOTALIZAÇÃO		25.433.932,76	6.152.390,47	31.586.323,23

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRÉ LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUNDEF/FUNDEB
RESUMO GERAL DA DESPESA
JUNHO DE 2015

ART. 90 DA LEI FEDERAL N. 4320/64

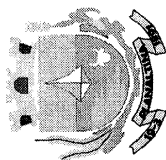
R\$ 1,00

CAT. ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.08.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	5.692,14	3.847,16	9.539,30
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.868.920,78	6.122.451,55	30.991.372,33
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	147.962,64	3.754,56	151.717,20
3.1.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
3.2.90.23.00	JUROS, DESAGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	11.185,00	560,00	11.745,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	400.172,20	21.777,20	421.949,40
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
TOTALIZAÇÃO		25.433.932,76	6.152.390,47	31.586.323,23

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRÉ LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
RESUMO GERAL DA DESPESA
JULHO DE 2015

ART. 90 DA LEI FEDERAL N. 4320/64

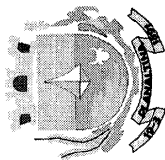
R\$ 1,00

CAT. ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.09.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	9.539,30	3.615,60	13.154,90
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.991.372,33	4.676.709,58	35.668.081,91
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	151.717,20	3.564,55	155.281,75
3.1.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
3.2.90.23.00	JUROS, DESAGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	11.745,00	4.785,00	16.530,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	421.949,40	103.424,30	525.373,70
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
	TOTALIZAÇÃO	31.586.323,23	4.792.099,03	36.378.422,26

LUZIENE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.781-46



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
RESUMO GERAL DA DESPESA
AGOSTO DE 2015

ART. 90 DA LEI FEDERAL N. 4320/64

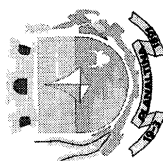
R\$ 1,00

CAT. ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.09.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	13.154,90	3.510,80	16.665,70
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	35.668.081,91	5.241.189,11	40.909.281,02
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	155.281,75	0,00	155.281,75
3.1.90.34.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
3.2.90.23.00	JUROS, DESAGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	16.530,00	930,00	17.460,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	525.373,70	110.554,00	635.927,70
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
TOTALIZAÇÃO		36.378.422,26	5.356.193,91	41.734.616,17

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 388.019.741-04

ANDRÉ LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.781-46



ESTADO DE GOIÁS
FUMDEF/FUNDEB
DESPESA COM PESSOAL
AGOSTO DE 2015

ART. 19, III, 20, III DA LEI COMPLEMENTAR N. 101/00 - LRF

MÊS DE REFERÊNCIA	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DESPESAS COM PESSOAL	OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	ANULAÇÃO	TOTAL	PERCENTUAL
Janeiro	11.327.565,40	9.227.611,78	564.000,00	0,00	9.791.611,78	86,44 %
Fevereiro	10.895.718,33	8.796.560,95	80.000,00	0,00	8.856.560,95	81,28 %
Março	9.902.823,15	803.111,01	0,00	0,00	803.111,01	8,11 %
Abril	11.129.776,83	16.247.365,43	0,00	0,00	16.247.365,43	145,98 %
Maio	11.102.300,90	7.566.428,49	0,00	0,00	7.566.428,49	68,15 %
Junho	10.582.763,70	10.527.587,17	0,00	109,09	10.527.478,08	99,48 %
Julho	10.467.301,17	8.023.193,69	0,00	0,00	8.023.193,69	76,65 %
Agosto	10.224.789,42	9.135.345,81	0,00	0,00	9.135.345,81	89,35 %
TOTAL	85.633.018,90	70.327.204,33	624.000,00	109,09	70.951.095,24	82,85 %

R\$ 1,00

LUZIELE LOPES GOMES
Gestor
CPF: 805.868.301-97

MARIA SUZANA ELIAS
CONTROLE INTERNO
CPF: 386.019.741-04

ANDRE LUIZ DA SILVA FREIRES
CONTADOR
CPF: 003.042.761-46

ANEXO VIII

DESPESA COM PESSOAL – 2015

PLANALTINA / GOIÁS